



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Bahia

Presença negra nos sertões da Bahia

Organização: Mayara Plácido Silva –
Professora EBTT – IFBA/*Campus* Euclides da Cunha



Presença negra nos sertões da Bahia



EDITORA DO IFBA – EDIFBA

Luzia Matos Mota

Reitora

Ivanildo Antônio dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Andréia Santos Ribeiro Silva

Coordenadora Geral

Zunéia de Jesus Barros Reis

Assistente de Coordenação

Carmen Asfora e Silva Freire

Secretária Executiva

Conselho Editorial

Titulares

Celso Eduardo Brito

Deise Danielle Neves Dias Piau

Durval de Almeida Souza

Fabício Menezes Ramos

Guillermo Alberto Lopez

Jeferson Gabriel da Encarnação Coutinho

Manoel Nunes Cavalcanti Junior

Mariana Rocha Santos Costa

Tereza Kelly Gomes Carneiro

Suplentes

Adriana Vieira dos Santos

Catarina Ferreira Silveira

Eliana Evangelista Batista

Flávio de Ligório Silva

Maurício Andrade Nascimento

Valter de Carvalho Dias

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA

Mayara Pláscido Silva

Organizadora

Presença negra nos sertões da Bahia

EDIFBA

Salvador

2022

©2022, Instituto Federal da Bahia

Todos os direitos desta edição, reservados à EDIFBA.

CAPA

Simone de Paula Lopes

REVISÃO

Samile Damasceno dos Santos

PROJETO GRÁFICO

Simone de Paula Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema Integrado de Bibliotecas SIB-IFBA

P928	Presença negra nos sertões da Bahia / Organização: Maiara Plácido Silva. Salvador: Edifba, 2022. 266p. E-book. ISBN: 978-65-88985-25-0 1. História e cultura afro-brasileira. 2. História e cultura indígena. 3. Seminário - Bahia. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. II. Silva, Plácido Mayara. CDU 2ed. 94(813.8)
------	---

Elaboração da ficha catalográfica pela Biblioteca Raul V. Seixas –
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA - Salvador/BA.

Editora Filiada à



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
CAPÍTULO 1. Semiárido	09
CAPÍTULO 2. Sertão	15
CAPÍTULO 3. Belo Monte, os 13 de maio e o pós-abolição	28
CAPÍTULO 4. Influências da cultura afro-brasileira na arte e na arquitetura do “sertão do Conselheiro” .	39
SOBRE OS/AS AUTORES/AS	53

APRESENTAÇÃO

Esta obra paradidática é resultado dos trabalhos desenvolvidos por professores e professoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – campus Euclides da Cunha, no âmbito do Edital n.º 001/2020 da Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis do IFBA. Constitui-se como um material que pretende viabilizar, no cotidiano do currículo da Educação Básica, a efetiva materialização da lei 10.639/03, alterada pela 11.645/08, responsáveis por definir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas básicas nacionais.

Através do grupo de pesquisa LAPEP (Laboratório de Pesquisas da Educação Profissional), foi submetido um projeto que visava à construção de material paradidático em formato digital (*e-book*) sobre a presença negra em regiões dos sertões da Bahia, com ênfase no território do semiárido baiano, em torno do município de Euclides da Cunha, cidade que sedia um *campus* do IFBA.

As atividades foram realizadas no segundo semestre de 2021 e consistiram em: leitura e análise de bibliografia sobre as temáticas levantadas nos capítulos do paradidático; discussão com a bolsista Valéria Santana – responsável por realizar a primeira leitura dos capítulos e sugerir adequações em relação à linguagem e à estrutura textual; e, por fim, a escrita dos capítulos e a organização do livro.

Esta obra paradidática, portanto, apresenta uma configuração necessariamente interdisciplinar. Os textos que a integram propõem discussões que, conforme desejamos, auxiliarão professores/as e estudantes em diferentes áreas do conhecimento – Artes, Linguagens, Geografia, Sociologia e História – a se debruçarem sobre conteúdos relacionados às experiências sertanejas baianas, problematizando e conceituando essa expressão – sertão/sertões – quase uma síntese explicativa para regiões afastadas do litoral do Estado.

Esse movimento de reflexão, nesse sentido, será realizado à luz das experiências das populações negras, com destaque para o arraial do Belo Monte, talvez mais conhecido como o levante de Canudos, importante movimento de contestação ocorrido na última década do século XIX, às margens do Rio Vaza Barris.

Em busca desse propósito, este paradidático está organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro deles assinado pela Professora Dr.^a Silvana Cristina Costa Correia. Nessa abertura, Costa Correia apresenta uma análise conceitual sobre o semiárido baiano, demarcando-o à luz da Geografia. No segundo capítulo, o Professor Dr. Fabiano Brito dos Santos analisou, à luz da Sociologia, a construção do conceito de “sertão” e como este, ao longo do tempo, se constituiu enquanto uma categoria específica no imaginário nacional. A partir desses dois capítulos, localizamos nossos leitores e leitoras em um debate sobre as confluências entre os conceitos de sertão e semiárido. Em uma perspectiva interdisciplinar, pretendemos demonstrar a complexidade de duas sínteses explicativas dos “sertões” da Bahia.

No terceiro capítulo, a Professora Dr.^a Mayara Plácido Silva constrói uma releitura histórica da construção do arraial do Belo Monte, a partir de grupos sociais que ali se estabeleceram, destacando os/as egressos do cativo, os/as trabalhadores/as outrora escravizados/as. Nesse capítulo, a autora pretende analisar o Belo Monte de Conselheiro, dos Carijés, dos/as indígenas e de outros/as trabalhadores/as, a partir de um

contexto específico da História do Brasil: o pós-abolição. No quarto e último capítulo, o Professor Dr. Jadilson Pimentel apresenta, a partir do patrimônio artístico e arquitetônico, elementos diversos da cultura popular sertaneja que foram elaborados por Conselheiro e seus seguidores. (Em sua grei constavam muitos mestres de obras, entalhadores, ferreiros, dentre outros).

Boa leitura!

CAPÍTULO 1

SEMIÁRIDO

Silvana Cristina Costa Correia

Na Geografia, o termo “semiárido” refere-se a um tipo de clima caracterizado pelo baixo índice pluviométrico (entre 280 e 800 milímetros ao ano), regime irregular de chuvas (com precipitações concentradas em curto período, entre três e quatro meses), altas temperaturas (com mínimas acima de 15° C e máximas podendo atingir os 40° C), forte radiação solar (em função da localização em baixas latitudes equatoriais) e déficit hídrico (precipitações inferiores à evapotranspiração das plantas).

Segundo o Ministério Nacional da Integração (2005), o semiárido apresenta:

[...] altos níveis de radiação solar incidente nas áreas de baixas latitudes resultam em elevadas taxas evapotranspiratórias, que reduzem a umidade do solo e a quantidade de água armazenada nos reservatórios, o que em conjunto com a precipitação reduzida e irregular durante o ano promovem um balanço hídrico climático anual negativo. A radiação solar incidente influencia diretamente na temperatura à superfície. A percepção da temperatura do ar pelo indivíduo é denominada de sensação térmica, que é influenciada pela temperatura do corpo, umidade e velocidade do ar, além da própria temperatura do ar (BRASIL, 2005, p. 2).

Além do déficit hídrico e da aridez do clima, o semiárido também é caracterizado pelo (a): bioma caatinga (com a vegetação de folhas secas e adaptáveis a escassez de água) e cerrado; presença de solos rasos, cristalinos e pobres em nutrientes. Essas condições edafoclimáticas torna-o suscetível ao fenômeno da seca e desertificação. Contudo, o semiárido brasileiro, dentre as diversas regiões semiáridas do mundo, apesar das precipitações abaixo de 800 milímetros ao ano, é o mais chuvoso da Terra, apresentando uma média anual entre 200 e 800 milímetros, podendo ultrapassar esse limite nos brejos e serras úmidas.

Em decorrência das mudanças climáticas em longo prazo, o Estado brasileiro recomenda o estudo de atualização de delimitação do semiárido a cada dez anos. Essas delimitações representam tentativas do Estado de fomentar, através de políticas públicas, o desenvolvimento da região.

Através da Lei nº 7.827, de 27 de dezembro de 1989, que criou e estabeleceu as condições de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o semiárido foi definido como a região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm. Posteriormente, em 1995, a SUDENE realizou a sua última atualização dos municípios do semiárido, considerando, tal como em 1989, apenas o índice pluviométrico como critério exclusivo de seleção. Diante da extinção da SUDENE, em 2001, ficou sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional realizar a nova delimitação do semiárido brasileiro. A iniciativa deste órgão do Governo Federal de determinar a área geográfica de abrangência do semiárido foi devida à constatação da inadequabilidade do critério anteriormente adotado desde 1989, que levava em consideração apenas a precipitação média anual dos municípios da região (BRASIL, 2005). Assim, concluiu-se que:

Os conhecimentos acumulados sobre o clima permitem concluir não ser a falta de chuvas a responsável pela oferta insuficiente de água na região, mas sua má distribuição, associada a uma alta taxa de evapotranspiração, que resultam no fenômeno da seca, a qual periodicamente assola a população da região (BRASIL, 2005, p. 2).

Em 2005, o Ministério da Integração Nacional realizou a nova delimitação do semiárido brasileiro, considerando três critérios técnicos: a precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 milímetros ao ano; o índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; o risco de seca maior que 60%, considerando o período entre 1970 e 1990 (BRASIL, 2005). A aplicação desses critérios na antiga área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, inclusive nos municípios do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, resultou na atual delimitação da região semiárida Brasileira, que abrange uma área de 969.589,4 km² e inclui 1.133 municípios dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o Norte de Minas Gerais.

O estado que obteve o maior número de inclusões na atualização da região foi Minas Gerais, visto que, dos 40 municípios existentes na antiga delimitação feita pela SUDENE, em 1995, passou-se para 85, totalizando um aumento de 112,5%. A área do território estadual que fazia parte da região, anteriormente, era de apenas 27,2%, aumentando para 51,7% na nova delimitação. Esse acréscimo causou polêmica entre alguns gestores municipais, pois os estados do Maranhão e do Espírito Santo, com áreas inseridas na delimitação anterior, ficaram sem nenhum município inserido na nova delimitação do semiárido.

É sabido que os 1.133 municípios integrantes do novo semiárido são beneficiados com 25% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Desse total, 50% têm que ser aplicado em financiamento de atividades produtivas no espaço agrário dos municípios, o que certamente representa um estímulo à atração de capitais e à geração de empregos na região (BRASIL, 2005). A luta travada por muitos gestores para a inserção de seus municípios no semiárido representa muito mais uma questão política do que uma questão de identidade regional. Trata-se, principalmente, de uma manobra política de captação de recursos para os municípios integrantes.

O Estado da Bahia tem mais de 60% de seu território localizado na região semiárida, ou seja, dos 417 municípios que compõem o Estado, 265 pertencem à nova delimitação, inclusive, o município de Euclides da Cunha, localizado na mesorregião do Nordeste Baiano e na microrregião de Euclides da Cunha. Esta microrregião do semiárido baiano é composta, além de Euclides da Cunha, pelos seguintes municípios: Tucano, Monte Santo, Cansanção, Quijingue, Queimadas, Uauá, Canudos e Nordestina.

As condições edafoclimáticas desses municípios são as mesmas existentes nas outras cidades do semiárido brasileiro. As chuvas são irregulares no tempo e no espaço, concentrando-se em poucos meses do ano, e a maior parte de suas águas não são aproveitadas devido à evaporação e ao escoamento superficial. Na maioria dos anos, já se registrou, em único trimestre, até 90% da precipitação anual, comprovando, portanto, que o principal problema do semiárido não é a falta de chuvas, mas sim sua distribuição.

É sabido que a irregularidade de chuvas na região possui influência direta na produção dos alimentos agrícolas, principalmente, na agricultura de sequeiros, que dependem das precipitações pluviométricas para o seu desenvolvimento. A instabilidade pluviométrica do semiárido baiano, especificamente da microrregião de Euclides da Cunha, afeta diretamente os principais produtos de sequeiros cultivados pelos/as pequenos/as

produtores/as camponeses/as, como o feijão, o milho e a mandioca, destinados tanto para o consumo familiar como para a comercialização do excedente.

Diante da insegurança hídrica e alimentar que afetam a população da microrregião de Euclides da Cunha, precisamos desmistificar a compreensão errônea da falta de água e evidenciar que o maior problema está nos seguintes fatores: irregularidade de distribuição das chuvas; pouca existência de aquíferos; solos rasos e pedregosos; alto índice de evapotranspiração; além de outros fatores que causam o déficit hídrico da microrregião, como a falta de conhecimentos sobre a gestão adequada dos poucos recursos hídricos existentes.

Frente a tais premissas, cabe discutir: quais são os recursos investidos do FNE, atualmente, nos povoados rurais da microrregião de Euclides da Cunha? Será que estão sendo destinados para políticas de combate à seca ou de convivência com o semiárido?

As políticas públicas adotadas, historicamente, pelos governos brasileiros, para o desenvolvimento da região semiárida podem ser agrupadas em duas concepções: a do combate à seca e a da convivência com o semiárido¹. A primeira concepção é caracterizada pelas grandes obras hídricas como: construções de barragens, adutoras, perfurações de poços e implantação de projetos de irrigação. As suas medidas emergenciais e assistencialistas geraram dependência dos camponeses das distintas regiões do Nordeste e pouco contribuíram para o seu processo de reprodução social; serviram, via de regra, aos grandes latifundiários, que desenvolveram monoculturas voltadas para a exportação, no bojo do processo de modernização da agricultura brasileira, a partir da década de 1970.

A grande concentração fundiária, a destruição do meio ambiente e os contrastes socioeconômicos regionais são as principais marcas desse processo. A segunda concepção é caracterizada pelo fortalecimento das pequenas unidades de produção camponesa, através do resgate tradicional de um conjunto de costumes e valores simbólicos que se materializam no território camponês de forma contrastante com a lógica capitalista.²

Trata-se de um modelo de desenvolvimento sustentável e adequado às peculiaridades socioambientais e culturais da região semiárida. A concepção de convivência com o semiárido contrapõe-se à concepção de combate à seca, uma vez que esta última provocou a degradação dos recursos naturais da caatinga e o empobrecimento das famílias camponesas que necessitam de Terra e água para a produção de culturas agrícolas voltadas para o consumo familiar e para a comercialização.³ As tecnologias sociais, principalmente as relacionadas à água, surgem como uma mudança de paradigma no campo do desenvolvimento humano no Semiárido brasileiro. Assim, consideramos as tecnologias sociais hídricas como:

Um conjunto de técnicas, relacionadas à captação, armazenamento e manejo das águas da chuva, apropriadas pela população a partir de uma metodologia participativa, baseada nos próprios saberes locais e construídas a partir de um processo democrático tendo como finalidade a transformação social.⁴

1 SILVA, R. M. A. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Brasília, 2006. 298 p. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. 2006.

2 MARINHO, J. R. O.; OLIVEIRA, V. P. V. Os paradigmas orientadores do desenvolvimento do semiárido brasileiro e suas implicações para o manejo dos recursos naturais. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 44, n. especial, p. 239-250, jun. 2013.

3 OLIVEIRA, D. B. S. Uso das tecnologias sociais hídricas na zona rural do semiárido paraibano: entre o combate a seca e a convivência com o semiárido. 186f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2013.

4 OLIVEIRA, D. B. S. Ob. Cit. P. 38.

Algumas Organizações não Governamentais (ONGs), a exemplo da Articulação do Semiárido (ASA), colocaram e ainda estão colocando em prática várias tecnologias sociais destinadas a atender o consumo familiar, a produção agropecuária e a dessedentação animal. Algumas já se transformaram em políticas públicas governamentais, a exemplo das cisternas de placa voltadas à captação e ao armazenamento de água de chuva, que resultaram não somente no projeto “Um milhão de cisternas” (P1MC), como também no “Uma Terra, Duas águas” (P1 + 2), no qual o número “1” significa o acesso a terra; e o “2” significa o acesso à primeira água, destinada para o consumo humano, e à segunda água, que é destinada à produção agrícola. A finalidade das tecnologias sociais hídricas é melhorar a forma de acesso à água (captação e armazenamento) e seu uso de forma sustentável para possibilitar melhorias na qualidade de vida das famílias camponesas.⁵

É nítida a presença dessas tecnologias nos povoados rurais da microrregião de Euclides da Cunha, mas neles há ainda muitas famílias que desconhecem as formas de armazenar corretamente a água e não dispõem de recursos financeiros para implantação de cisternas de placas, poços amazonas, barragens subterrâneas, tanques em fendas de rochas cristalinas, além de outras tecnologias sociais hídricas. Essas técnicas foram implementadas pelo Estado, em parceria com as Organizações não Governamentais (ONG's) e com as universidades públicas da região. Contudo, embora reconheçamos a eficácia das tecnologias sociais hídricas na segurança hídrica e alimentar, elas por si só não resolvem todos os problemas de natureza edafoclimáticas, socioeconômica e ambiental que afetam os camponeses do semiárido da microrregião de Euclides da Cunha. São necessárias outras políticas públicas complementares para que o semiárido se apresente como uma região de possibilidades e não como uma região problema, anecúmena, que expulsa seus habitantes devido às adversidades das condições edafoclimáticas.

O semiárido brasileiro é o mais povoado e populoso do mundo, visto que 26 milhões de pessoas vivem na região, sendo que 61,97% são residentes no espaço urbano e 38,03% são residentes no espaço rural. Trata-se de uma região infanto-juvenil, pois 41,3% das pessoas são crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos.⁶ Conforme a Fundação Cultural Palmares (2019), existem, no semiárido, 1.426 comunidades que, oficialmente, se auto reconhecem como quilombolas, sendo que, deste total, apenas 1.237 são certificadas, representando 47% das comunidades certificadas no país. Do total de 230 mil indígenas existentes no Nordeste, 40% deles, isto é, cerca de 93.400 indígenas, residem no semiárido.⁷

Na microrregião de Euclides da Cunha, há comunidades indígenas e quilombolas, a saber: a comunidade indígena de Massacará, território dos Kaimbé, localizada entre as bacias do rio Itapicuru e do Vaza Barris em Euclides da Cunha; as comunidades quilombolas de Laje do Antônio, em Monte Santo; Lagoa da Salina, em Nordestina; e Tamanduá, em Cansanção; ambas certificadas pela Fundação Cultural Palmares; além de outras não certificadas, que mostram a diversidade étnico-cultural da população residente na região.

De acordo com o último censo brasileiro divulgado pelo IBGE (2010), o município de Euclides da Cunha possui 56.289 habitantes. No espaço urbano, residem 27.416 pessoas e, no espaço rural, 28.873 pessoas. A predominância do número de pessoas residentes no espaço rural (no qual há 80 povoados rurais e o território indígena de Massacará), em relação ao número de pessoas residentes no espaço urbano, revela que

5 ASABRASIL. ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. Construindo futuro e cidadania no semiárido. Publicação comemorativa 10 anos ASA. Recife (PE): ASABRASIL, 2010.

6 IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados Censo Demográfico 2010: Educação. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

7 IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados Censo Demográfico 2010: Educação. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

esses sertanejos da região semiárida baiana resistem às dificuldades edafoclimáticas existentes ao longo do tempo histórico. Portanto, não podemos apenas associar a essas pessoas a imagem das famílias retirantes, sedentas e famintas que se retiraram do campo para as cidades no processo de migração conhecido como êxodo rural, ocorrido entre as décadas de 1960 e 1980 no Nordeste brasileiro.

Essa imagem criada do sertanejo como o homem que carrega a enxada nas costas, enquanto sua esposa carrega uma lata de água na cabeça, ao mesmo tempo em que leva um filho na barriga e uma escadinha de filhos e filhas arrastados/as pela mão, desperta o sentimento xenófobo das pessoas das regiões ecúmenas (que atraem os imigrantes). É preciso desconstruir alguns mitos (postos pela mídia e literatura regionalista brasileira) que fortalecem o preconceito regional, como: o de que a região semiárida é um espaço da miséria, vazio, sem vida, caracterizado apenas pela terra esturricada, com ausência total de água, vegetação rala e espinhenta e o sol escaldante; e o de que o homem da região semiárida, conhecido como sertanejo, é miserável, ignorante, desprovido de qualquer perspectiva de melhorias socioeconômicas e que, por essa razão, é forte e resistente aos intensos sofrimentos determinados pelas adversidades edafoclimáticas e pelo isolamento geográfico a que está condenado.

É necessário evidenciar dois fatores principais: 1º) que os/as sertanejos/as se (re)constroem, se transformam e se adaptam às condições edafoclimáticas produzindo um conjunto de costumes e saberes que são materializados na região ao longo do tempo histórico; 2º) que a caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro e, ao contrário do mito propagado de isolamento e solo rachado, apresenta uma diversidade de espécies ainda pouco conhecida pelos seus moradores. Trata-se de um bioma heterogêneo formado por três estratos vegetais: o arbóreo (com árvores de 8 a 12 metros de altura); o arbustivo (com árvores de 2 a 5 metros de altura) e o herbáceo (com árvores abaixo de 2 metros de altura). De acordo com os dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente, existem 932 espécies vegetais, das quais 318 são endêmicas, sendo as bromélias e os cactos as principais plantas da caatinga.

As principais cactáceas que se destacam na paisagem são os mandacarus, as coroas de frade, os facheiros, os xique-xiques, os marmeleiros, os mofumbos e as juremas. Outras plantas destacam-se pelos frutos comestíveis (como o umbu, o maracujá, o licuri, o cajá, a pitomba, o caju, o murici, a macaúba e a mangaba) e pelos artigos medicinais, alguns, inclusive, são destinados à exportação, como a aroeira, o angico, o jerico e a catingueira; além de outras ervas medicinais. Além disso, a caatinga apresenta uma flora peculiar, resistente e adaptada às condições edafoclimáticas da região semiárida, por isso, é chamada de xerófila. A fauna também é singular e diversa, composta por mais de 800 espécies animais entre mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes. É o habitat das cobras (cascavel, jiboia, jararaca), lagartos, tatus, tamanduás, suçuaranas, onças pintadas, morcegos, mocós, gatos do mato, além de outros animais.

A região semiárida, a partir de tais premissas, precisa ser compreendida como espaço de possibilidades e não como espaço de adversidades. Até a chuva, como mencionamos anteriormente, pode garantir a distribuição e o acesso da água desde que existam estratégias sustentáveis de coleta através das tecnologias sociais hídricas de convivência com a região. Contudo, precisamos fiscalizar as políticas públicas oriundas dos investimentos do FNE para sabermos, de fato, se elas estão promovendo o desenvolvimento regional; e se estão ou não na lógica das políticas de convivência com o semiárido. Em breve teremos uma nova delimitação do semiárido, visto que o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Regional, emitiu

a Portaria N° 80, de 27 de Julho de 2021, constituindo um grupo de trabalho para realizar a atualização dos municípios que serão inseridos nessa categoria.

REFERÊNCIAS

- ASABRASIL. ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. *Construindo futuro e cidadania no semiárido*. Publicação comemorativa 10 anos ASA. Recife (PE): ASABRASIL, 2010.
- BRASIL. Ministério da Integração Regional. *Lista dos Municípios do Novo Semiárido por Unidade da Federação. Relatório Final do Grupo Interministerial para Redelimitação do Semiárido Nordestino e do Polígono das Secas*. Brasília: MIR, jan. 2005. 32p.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Quadro geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs)*. 2019. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-02-08-2019.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados Censo Demográfico 2010: Educação*. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- MARINHO, J. R. O.; OLIVEIRA, V. P. V. *Os paradigmas orientadores do desenvolvimento do semiárido brasileiro e suas implicações para o manejo dos recursos naturais*. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 44, n. especial, p.239-250, jun. 2013.
- OLIVEIRA, D. B. S. *Uso das tecnologias sociais hídricas na zona rural do semiárido paraibano: entre o combate a seca e a convivência com o semiárido*. 186f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2013.
- SILVA, R. M. A. *Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Brasília, 2006. 298 p. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. 2006.

CAPÍTULO 2

SERTÃO

Fabiano Brito dos Santos

INTRODUÇÃO

Ao darmos uma olhada no dicionário, em linhas gerais, teremos a definição da palavra “sertão” como um lugar pouco habitado, em contraposição ao litoral, e, portanto, no interior. A própria palavra, aliás, é uma corruptela de “desertão”, o que seria uma espécie de superlativo de “deserto”, ou melhor, um grande deserto. No Brasil, inicialmente foi caracterizado como lugar no interior do país, pouco habitado, ao menos nos moldes europeus. Dessa maneira, tanto as regiões de mata fechada, quanto às regiões da caatinga se enquadrariam nessa definição.

Porém, por questões de consequências históricas, sociais, econômicas e culturais, o sertão nordestino acabou por se tornar um monopólio de sentido, pois ofuscou todas as outras representações do termo antes existentes no imaginário da sociedade brasileira, particularmente, a partir de eventos que marcaram a nação, como: a Guerra de Canudos, o fenômeno do Cangaço e do Messianismo, o estilo músico dançante do Forró e parte do Cinema Novo. Outros elementos reforçaram esse monopólio de sentido e caracterizaram, definitivamente, o sertão nordestino como elemento referencial do Brasil. A imprensa nacional, particularmente as localizadas nos centros políticos e econômicos do país, representadas no eixo sudeste, consumiam com curiosidade e volúpia os acontecimentos do sertão nordestino e, ao mesmo tempo, fixaram um sentido do lugar, pois muitas das abordagens sobre os temas acima tiveram repercussão original na construção de um tipo ideal de sertão para o povo brasileiro.

A obra “Os Sertões” do escritor Euclides da Cunha é uma demonstração das mais autênticas desse fato, pois funde em um só instrumento o trabalho jornalístico e o esforço acadêmico. Por outro lado, o ritmo músico-dançante Forró, difundido principalmente por Luiz Gonzaga, bem como o Cinema Novo, destacado particularmente nas obras de Glauber Rocha, completam o arcabouço de símbolos que dão sentido e alimento ao imaginário nosso de cada dia: de que o nosso sertão é único, o da seca, da fome, do Nordeste, pois se “até mesmo a asa branca bateu asas do sertão”.

O MONOPÓLIO DE SENTIDO DO SERTÃO

Como se sabe, a palavra “sertão” designa, de maneira geral, uma região pouco habitada e separada do litoral. Compreende tanto ambientes florestais, de mata intensa e fechada, como espaços semiáridos, com vegetações esparsas e menos robustas, como as caracterizadas nas regiões do semiárido nordestino. Portanto, o desenvolvimento de um monopólio de sentido de sertão, na consciência coletiva brasileira, dar-se-á por conta de determinantes históricos, econômicos, sociais e culturais.

O termo “consciência coletiva” foi cunhado pelo sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) para definir formas padronizadas de pensamento, o que cai bem na concepção do sertão relacionado a um tipo

único, entre tantos existentes em nosso imenso território. Por sua vez, torna-se necessária a análise da expressão “monopólio de sentido”. A primeira palavra, que se origina do grego *monopólion* e do latim, *monopolium*, embora, em certa medida, carregue um significado econômico, pois diz respeito às relações comerciais de exclusividade na venda, produção ou destruição de determinada mercadoria, em linhas gerais, traz explícita a conotação de exclusividade da posse, de propriedade única, do domínio absoluto sobre algo ou alguma coisa. A segunda palavra se estabelece dentro do campo da lógica da linguagem, pois serve para dar coerência ao nosso pensamento, pois quando pensamos em “sertão”, tendemos a relacioná-la a algo ou a alguém; ou ainda, a algum lugar. A lógica linguística é um campo da Filosofia que aborda a relação entre as palavras e suas diversas possibilidades de contextos.

Dessa maneira, o termo “sertão”, no Brasil contemporâneo, ganhou uma exclusividade sobre um dos sentidos dentre as diversas possibilidades que a palavra pode apresentar. Embora tenhamos o sertão como região do interior do Nordeste, caracterizado pelo clima semiárido, de vegetação esparsa e descontínua, marcado pelas secas e estiagem, além de elevados índices de vulnerabilidade socioeconômica e de violência. Porém, se considerarmos que, até a primeira metade do século XX, o Brasil era eminentemente rural, quase todo o território era sertão, no mais íntimo do termo. Porém, como toda construção social que tende à padronização, essa acabou por se restringir e se limitar na definição do sertão como a do nordestino, e, no caso extremo, dispensando o seu qualitativo.

Por conta do processo de colonização ter sido iniciado pela região leste do país, bem como a constituição do que viria a ser caracterizado como povo brasileiro e de suas características miscigenadas também terem se dado, primeiramente, nessa porção do território, pode-se compreender como coerente uma acentuada multiplicidade de abordagens sobre os aspectos que caracterizam a região; afinal de contas, a capital do novo reino, Salvador da Bahia, que representava o principal centro cultural, econômico e político, instalou-se naquelas bandas até 1973.

Porém, se verificarmos os tipos de observações a respeito da região, presentes nos pensamentos de teóricos ou na imprensa nacional da época, constataremos gradações de olhares sobre determinados aspectos. Se, inicialmente, o Nordeste era retratado como o lugar do engenho, da casa grande e da senzala; ou, até mesmo dos mocambos e sobrados tão bem descritos por Gilberto Freire, passou a ser, em outro momento, o lugar da pecuária, dos vastos pastos e da criação de gado, responsáveis pela fixação da população, conforme descreveu Oliveira Viana. Porém, a gradação que se impôs sobre todas as outras e que vai demarcar um sentido de nordeste e de sertão que dispensa o qualitativo para esse último vai unir imprensa e teoria: a obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha. Livro que se revela original para consolidação do termo enquanto monopólio de sentido, nas condições aqui colocadas.

Podemos ler a sociedade, mas essa leitura não se dá de maneira direta, pois lemos, na maioria das vezes, leitores que a escreveram. Quando Euclides da Cunha escreve e publica “Os Sertões”, uma das obras mais incógnitas de nossa literatura social, ele estava observando e registrando as transformações de um tempo histórico, a partir de um drama específico, mas que representava toda a trama complexa de um Brasil, que embora estivesse alterando suas estruturas político institucionais, do ponto de vista das relações sociais e das desigualdades sociais pouco mudava.

Se a Guerra de Canudos já havia sido um acontecimento de grande interesse para a população nacional, além de ampliar a concepção unívoca de sertão, pois a associava à fome, à violência, ao messianismo,

à seca e à miséria, o livro “Os Sertões” seria o preenchimento dos detalhes, a consolidação das informações mais específicas, definidas e refinadas sobre a região e suas interrelações socioespaciais. E assim foi se consolidando o monopólio de sentido.

Alguns leem e escrevem sobre a realidade; outros a escrevem, em seu cotidiano, como prática de vida. Dessa forma, perceberemos uma construção prática do sentido sertanejo a partir da ação direta de alguns sujeitos e movimentos que marcaram e marcam a região. Destacaremos, aqui, o Messianismo e o Cangaço.

Imagens diversas de sertões no Brasil

Imagem 1



Vista aérea do rio Uaupés, no Alto Rio Negro, na Amazônia brasileira.

UESLEI MARCELINO / REUTERS. Fonte: El País.

Imagem 2



Sertão de Mato Grosso - Fonte: Blog Poeta do Sertão.

Imagem 3



Sertão do Ribeira – Santa Catarina. Fonte: G1.

O MESSIANISMO

O Messianismo é o nome dado aos movimentos sociorreligiosos, fundamentados no catolicismo, que marcaram o Nordeste brasileiro entre os séculos XIX e XX, e que tiveram como elementos característicos: a presença de opressões oligárquicas locais e a seca, que provocam miséria, fome e violência no sertão nordestino. Além disso, caracteriza-se pelo fato de apesar de seus líderes estarem amparados em ideais místicos, as lutas se deram por objetivos concretos, pois acabaram por combater a desigualdade social.

Importante ressaltar aqui que a luta contra a opressão sempre foi uma constante na região nordeste brasileira. Os registros históricos dão conta de diversos levantes que vão desde movimentos de luta e resistências de indígenas à dominação europeia, a exemplo da Confederação dos Cariris (PB e CE – 1686-1682); bem, como de movimentos pelo direito à liberdade, como a Revolução dos Alfaiates (BA, 1798). Portanto, embora em muitos aspectos da História oficial ainda se consolide a versão contada pelos vencedores, sabemos que sempre existiram estratégias de luta e resistência dos oprimidos, bem como exemplos de experiências exitosas que só agora começam a ser contadas ou explicitadas.

Nessa perspectiva, surgiram os movimentos messiânicos. Esses movimentos não são uma invenção brasileira, pois, segundo os estudiosos do assunto, são fenômenos que ocorrem em todo mundo, que têm como base a ideia de Cristo como homem espiritual, sofredor, que por ter lutado pela justiça social e contra as opressões, teria morrido na cruz pela redenção humana. Nesse sentido, o messianismo reunia pessoas em situações de vulnerabilidade econômica e social, guiadas pela fé na volta de um Messias ou Salvador, enfim, do Cristo católico, que iria salvá-las e libertá-las das condições de vulnerabilidade as quais estavam expostas, guiando-as, finalmente, a um paraíso. Importante ressaltar que, embora amparadas em um paradigma místico

de luta e resistência, as bases das estruturas de dominação que moviam e promoviam as opressões para esses movimentos eram reais. Nesse sentido, se o instrumento ético era abstrato, o embate contra as desigualdades geradas pelo sistema excludente era mais que legítimo.

Dentro do contexto sócio-histórico ocidental, os movimentos messiânicos surgem pelo mundo com a expansão da Revolução Industrial, mais precisamente, como o que ficou conhecido como Neocolonialismo realizado pela Europa, que, em síntese consequente, partilhou a África e a Ásia e, entre outras coisas, buscou impor sua cultura e modo de desenvolvimento civilizacional. O Neocolonialismo enfrentou a resistência, particularmente das comunidades que viviam da agricultura, e uma das facetas da luta anticolonial foi o Messianismo.

No Brasil, os principais elementos que vão contribuir para o surgimento do Messianismo são: as concentrações de terra, um elemento fundante de nossa nação; e a seca na Região Nordeste. Sobre esse aspecto, a fé se impõe como solução possível e permissível a todos aqueles e aquelas despossuídos de bens, ainda mais quando se trata de um ambiente que privilegia uma minoria em detrimento de uma grande maioria. Dessa maneira, religiosos como Antônio Conselheiro, em Canudos, e Padre Cícero, em Juazeiro do Norte, são exemplos clássicos de líderes messiânicos que representaram esses movimentos.

O caso do Messianismo em Canudos é emblemático, pois sintetiza a estrutura social brasileira da época. De um lado, temos um grupo pequeno e reduzido em número, que representa a oligarquia agrária, que exerce o domínio tanto do poder público, quanto do poder privado, cruel e violento sobre o outro grupo, imensamente maior, representado por: indígenas, escravizados ou ex-escravos, negros, mestiços; em suma, os ditos “despossuídos”. Homens, mulheres e crianças que viam na fé católica uma possibilidade de justiça e salvação. Na esperança e na fé, seguiam seus ideais e líder e, assim, construíram uma alternativa de sustentabilidade exitosa em meio ao sertão baiano: o Arraial de Canudos.

Uma das características da ascensão de nossa república, no final do século XIX, foi a reivindicação da ampliação de participação no poder das oligarquias agrárias que já eram dominantes. A estrutura política com base em oligarquias agrárias estruturava-se do local ao nacional, desde a época da colonização. Por sua vez, a existência de uma experiência comunitária exitosa em pleno sertão nordestino, em meio à área de tradição de dominação das oligarquias que destoava frontalmente das formas convencionais de interação social, era mais que uma afronta ao sistema estabelecido, o *status quo* estava abalado e precisava ser restabelecido e a resistência eliminada o quanto antes.

Ainda que, em princípio, a infante república subestimasse a organização e o comprometimento dos homens, das mulheres e das crianças de Canudos com sua comunidade, seu líder Antônio Conselheiro e seus ideais, pois os considerava loucos e fanáticos; sentiu a necessidade de, no decorrer das batalhas, refinar o discurso contrário, denominando a insurreição de grupo armado que queria derrubar a república. Nesse sentido, foi aumentando paulatinamente o contingente militar até à quarta expedição, com aproximadamente doze mil soldados, resultando na obliteração impiedosa do Arraial, no qual houve cerca de vinte mil mortes, foi incendiado e, posteriormente, coberto com um açude.

“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram”.⁸

O CANGAÇO

O Cangaço é um movimento social armado de contestação às concentrações de terra, que envolve elementos éticos e políticos, pois está relacionado aos latifúndios agrários e, portanto, às oligarquias e às estruturas de poder no sertão nordestino, que datam do fim do Segundo Império e final da Primeira República.

De acordo com alguns pensadores, o termo deriva da palavra “canga”, espécie de objeto de madeira que serve para atrelar o boi a carroça. Como era comum ao cangaceiro ter uma vida nômade e, assim, levar consigo todos os seus pertences e objetos de uso cotidiano, ou seja, carregar os seus pesos, conveniou-se o termo “cangaço”. Obviamente existem outras hipóteses, mas esta é uma das mais defendidas.

O cangaceiro é fruto de seu tempo histórico, de uma realidade infame, na qual o público e o privado não estão bem definidos e a extrema desigualdade social é uma marca primordial. Dentro desse cenário e lutando contra a ordem estabelecida, surge esse personagem histórico polêmico, muitas vezes considerado herói, outras vezes, bandido. Em aspecto geral, de forma isolada ou em bando, são gerados a partir de três gatilhos. O primeiro seria por motivo de honra, a fim de defender o nome da família, que por alguma razão teria sido ofendida e a morte do ofensor seria a solução viável na defesa da integridade. O segundo motivo seria por meio do banditismo individual, por convencimento egoísta, e a busca da sobrevivência dar-se-ia através de roubos, assaltos, ou ainda por mortes encomendadas. Finalmente, o terceiro tipo, o banditismo social, que visava tirar dos ricos para dar aos pobres, a partir das mesmas estratégias do banditismo individual, porém com finalidades coletivistas e solidárias.

Obviamente que, na realidade, existem mais que os tipos aqui relatados. É comum encontrar, a partir de uma verificação mais profunda na História sobre o cangaço, aqueles que se tornaram cangaceiros por motivo de honra, partiram para o banditismo individual e, depois, para o social, bem como outros e outras que se juntaram em bando de cangaceiros simplesmente por não terem alternativas de sobrevivência. Os principais representantes políticos e sociais das oligarquias rurais eram os coronéis. No intuito de garantir seus latifúndios, contratavam grandes contingentes de homens e lhes davam armas. Esses, por sua vez, ficavam conhecidos como jagunços, que sendo o braço armado dos coronéis expulsavam, espancavam e eliminavam os indesejados, tidos como inimigos de seus senhores.

O fato de ter ocorrido a abolição da escravatura no final do século XIX e, logo em seguida, a Proclamação da República sem, no entanto, ter havido uma consequente política pública de integração dos ex-escravizados na estrutura social, a exemplo de uma reforma agrária, acentua uma gritante concentração de terra e renda no Brasil de então. Diante disso, teremos como consequência direta, de um lado, os donos de latifúndios constituindo verdadeiros exércitos particulares de jagunços; e, de outro, um grande número de indivíduos também dispostos a tudo para sobreviver nesse contexto árduo. Com o advento da seca, que vai aprofundar a fome e a miséria na região do sertão nordestino, estaria pronto o cenário de eclosão do movimento trágico e dramático do cangaço, que também se tornaria a marca da região, dentro de um imaginário coletivo dando aquele sentido único que aqui viemos tratando.

Como grandes representantes de cangaceiros temos: o pernambucano Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião (1898-1938), e sua esposa, a baiana Maria Gomes de Oliveira, a Maria de Déa, mais conhecida como Maria Bonita (1910-1938); o paraibano, Jesuíno Alves de Melo Calado (1844-1879); Cristino Gomes da Silva Cleto, conhecido como “Corisco”, ou o “Diabo Louro” (1907-1940), e sua esposa, a pernambucana, Sêrgia Ribeiro da Silva, mais conhecida como Dadá (1915-1994).

Da experiência dos cangaceiros podemos ter duas impressões. A primeira que se tratava de grupos de bandidos cruéis, que se voltaram contra a ordem e que cometeram uma série de atrocidades fora da lei. Por outra ótica, podemos concebê-los como reagentes a um contexto extremamente desigual, no qual homens, mulheres e crianças eram submetidos a limites extremos. Nesses aspectos, a insurgência e a transgressão, muitas vezes eram as únicas formas de garantirem a sobrevivência.

O maniqueísmo parte do princípio dualista do bem e do mal, porém sabemos que a realidade é composta de muitos outros fatores que se inter-relacionam e, no caso do cangaço, isto é mais que evidente, pois os limites entre o público e o privado não eram bem definidos, bem como em um contexto castigado por um amplo aspecto de vulnerabilidade social e climática as coisas não se resumiam no dualismo.

O ESTILO MÚSICO DANÇANTE FORRÓ

O Forró aglutina um conjunto de ritmos de músicas com danças de tradição do nordeste brasileiro e também do sertão. Dentre esses, podemos destacar o baião, o xote e o xaxado. A origem da palavra é controversa, mas de alguma maneira está bem coerente com o sentido miscigenado que carrega nossa cultura. Entre os elementos que integram a origem da palavra, nós encontramos o “forrobodó”, termo banto, de origem africana com significado de “confusão, farrá ou desordem”; ou viria do galego, advindo da palavra “forbodó”, que seria um “baile popular”; ou ainda nos bailes ingleses que ocorriam no Nordeste na época da realização da estrada ferroviária construída pela empresa Great Western, em meados do século XIX, cujo tema era “For All” (para todos).

O principal difusor desse ritmo, nos termos aqui colocados, foi Luiz Gonzaga (1912-1989), que teve no rádio seu principal instrumento de propagação. O sertão, dispensando o qualitativo nordestino, é marca presente em suas canções e acaba por reforçar o sentido de monopólio defendido também aqui. Vejamos a letra de uma de suas obras principais, “Asa Branca”:

Quando oiei' a terra ardendo
Qual fogueira de São João
Eu perguntei' a Deus do céu, uai
Por que tamanha judiação?
Eu perguntei' a Deus do céu, uai
Por que tamanha judiação?
Que brasileiro, que fornaia'
Nenhum pé de prantação'
Por farta' d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão
Por farta' d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão
Inté' mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Entonce' eu disse: adeus, Rosinha
Guarda contigo meu coração
Entonce' eu disse: adeus, Rosinha

Guarda contigo meu coração
Hoje longe, muitas léguas
Numa triste solidão
Espero a chuva cair de novo
Pra mim voltar' pro meu sertão
Espero a chuva cair de novo
Pra mim voltar' pro meu sertão
Quando o verde dos teus óios
Se espaiar' na prantação
Eu te asseguro, não chore, não, viu
Que eu voltarei', viu, meu coração
Eu te asseguro, não chore, não, viu
Que eu voltarei', viu, meu coração

Fonte: *Musixmatch*; Compositores: Luiz Gonzaga / Cavalcanti Teixeira Humberto / Luiz Gonzaga / Cavalcanti Teixeira Humberto;
Letra de Asa Branca © Fermata Do Brasil Ltda.

Como podemos observar, a letra da canção dialoga com o contexto do sertão nordestino, com a seca que, em sua fase mais crítica, submete o povo à fome, fato imponente que obriga o pobre a buscar outras localidades para sobreviver. Dessa maneira, só o que resta é a migração, assim como fazem as aves. O autor destaca a Asa branca como representação de paz e esperança, revelando que nem mesmo esse pássaro suporta a situação adversa e evade da região. Mas, embora distante, longe, espera que algum dia as coisas mudem, a chuva volte, tudo melhore e o migrante possa voltar.

GLAUBER ROCHA E O CINEMA NOVO

O Cinema Novo foi um movimento artístico que dominou a produção cinematográfica nacional nas décadas de 1960 e 1970, e que surgiu como resposta à forma internacional que havia assumido a nossa indústria de filmes. Destaca-se também pela crítica à desigualdade social, trazendo à tona temas de ordem política e social.

O sertão nordestino é um palco privilegiado dessa proposta, tendo em um dos seus representantes principais, o cineasta baiano Glauber Rocha (1939-1981), o seu principal expoente. Na década de 1950, o mercado brasileiro de cinema estava muito marcado pela presença de filmes da indústria norte-americana. Além disso, quando se produzia aqui, buscava-se a reprodução do mesmo estilo internacional. No período, as “chanchadas”, filmes de roteiro simples e com conteúdo cômico, eram um tipo de comédia que visava atingir um grande público, uma tentativa de imitar as produções estrangeiras.

Na década seguinte, com o movimento do Cinema Novo, cineastas como Glauber Rocha, Paulo Cesar Sarraceni (1932-2012) e Cacá Diegues (1940 – dias atuais) iniciaram a produção de filmes que romperam frontalmente com aquela estética, pois além de partirem de um viés nacionalista e realista, estabeleciam uma crítica social a partir de suas obras cinematográficas. Porém, é nas obras do baiano nascido em Vitória da Conquista, Glauber Rocha, que o sertão nordestino projeta-se, ainda mais, como um espaço da seca, da violência, da fome e da miséria.

Para os objetivos aqui propostos, consideraremos duas obras icônicas deste cineasta, pois tratam diretamente dos temas aqui discutidos. A primeira é “Deus e o Diabo na Terra do Sol”; e a segunda, “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro”. Ambos os filmes remontam, no imaginário nacional, a noção de sertão dos jagunços, dos beatos, dos coronéis e das vulnerabilidades promovidas por uma intensa desigualdade socioeconômica.

Em “Deus e o Diabo na Terra do Sol” temos um roteiro que foi gravado na cidade de Monte Santo, Bahia, em 1964. Na película, conta-se a história de um vaqueiro, o sertanejo Manoel, e sua esposa Rosa. Ambos vivem com dificuldade, pois são meeiros em terra de um coronel. Castigados pela seca e pela exploração do dono da propriedade, o casal resolve levar o gado até o coronel e, com a entrega de sua parte, comprar um pedaço de terra e, assim, ganhar sua independência. No percurso até a chegada ao destino, alguns animais morrem, pois o clima é desolador e estes não suportam. Porém, na hora da negociação, o coronel alega que o gado que morreu era o que pertencia ao vaqueiro e que, por conta disso, não iria lhe pagar por nada. Enfurecido, Manoel o mata e, a partir desse momento, tanto ele como sua esposa se tornam foragidos dos jagunços. Desse ponto, o casal se junta ao santo beato Sebastião, que combate os coronéis locais e promete uma vida feliz e plena no paraíso, no pós-morte. Em contrapartida, os latifundiários contratam um matador para dar conta do beato e de seu bando, e, assim, desenvolve-se a história.

Imagem 4



Cenas de “*Deus e o Diabo na Terra do Sol*”. Fonte: *Revista Moviement*.

Imagem 5



Cenas de “*Deus e o Diabo na Terra do Sol*”. Fonte: *Revista Moviement*.

Por sua vez, em “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro”, que foi gravado na cidade de Milagres, Bahia, em 1969, é destacada a história de Antônio das Mortes, personagem que já havia aparecido em “Deus e o Diabo na Terra do Sol”. O enredo é marcado por cenas alegóricas, canções e danças regionais. Começa com o protagonista, Antônio das Mortes, matador, em um estágio da vida nostálgico, por não encontrar mais cangaceiros que pudesse considerar verdadeiros, ou ainda que valesse a pena executar. Nesse momento, o personagem é contratado para fazer mais um trabalho e parte para realizar essa empreitada, na esperança de realizar o desejo de luta e execução com um cangaceiro da estirpe de Lampião ou Corisco.

Antônio das Mortes vai trabalhar para um coronel, que é declaradamente contra o progresso da cidade que domina, pois teme perder suas terras e seu poder local, associado ao desenvolvimento com a reforma agrária. O alvo de Antônio das Mortes é Coirana, cangaceiro que comanda um bando local e vive junto com uma Santa e um beato, além dos despossuídos da região. O drama intensifica-se quando o matador se convence de que o opressor é o coronel e, dessa forma, passa a atuar ao lado do cangaceiro e de seus aliados. A partir desse momento da trama, vai se desenvolver todo o confronto do filme, no qual podemos verificar como é tênue a linha que separa, por exemplo, um jagunço de um cangaceiro.

Imagem 6



Cenas do filme “*O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro*”.

Fonte: *Revista Moviement*.

Imagem 7



Cenas do filme “*O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro*”.

Fonte: *Revista Moviement*.

Ambos os filmes tiveram projeção nacional e internacional. É muito comum, ao lermos alguma resenha a respeito de algum deles, a referência ao sertanejo como povo sofrido ou ao sertão como um lugar de seca, violência e fome. Sempre se retrata, nessas obras, o sertão das vulnerabilidades e do desespero. Percebemos aqui como dois elementos específicos se coadunam para reforçar o monopólio do sentido definido no termo sertão. De um lado, temos uma nova concepção de cinema com características brasileiras, cuja retratação de nossa realidade se dá pela transposição para a tela de algo que já vem sendo construído há algum tempo: o sertão sem qualitativo. De outro, um sentido de sertão que já vem se consolidando como único desde o século XIX.

UMA ATENUANTE – A MÚSICA SERTANEJA

A música sertaneja surge no Brasil no início do século XX, a partir da moda de viola, a chamada música caipira. Mas, de algum modo, surge buscando se urbanizar e se distanciar desta. Nesse período, a palavra “sertaneja” está muito ligada a seu sentido amplo e primordial de “interior”, no sentido contrário a “litoral”. Em uma época em que o Brasil era mais rural que urbano, a música sertaneja aparece e se populariza como identidade nacional. De lá para cá, embora tenha se diversificado, o sentido mais geral de sertão se manteve nesse estilo musical e talvez seja por isso que não seja tão popular na Região Nordeste. Se no passado fazia-se referência à vida e ao cotidiano no campo, hoje está mais voltada para aspectos de relacionamentos afetivos em suas letras, embora mantenham uma similaridade no tipo sonoro musical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora seja um termo para referência de território do interior pouco habitado, o que caracteriza o Brasil até a primeira metade do século XX, o sertão nordestino acabou por abarcar, em seu significado, uma totalidade de sentidos, servindo de referência a elementos como a seca, a fome, a miséria, a migração, a violência e a vulnerabilidade socioeconômica.

Tomamos emprestado aqui a designação “monopólio de sentido”, para definir como o termo “sertão” acabou por dispensar seu qualitativo nordestino e ganhou independência para referência dentro do imaginário popular do Brasil. Buscamos demonstrar como essa construção de significado deu-se a partir de um conjunto de construções coletivas que uniu o trabalho de jornalistas, intelectuais, artistas, músicos, cineastas, religiosos, homens, mulheres e crianças que, de forma intencional ou de maneira obrigatória, acabaram por demarcar definitivamente esse senso de monopólio de significado de sertão.

Salientamos também a luta e a resistência de nosso povo, caracterizando o messianismo e o cangaço na medida em que representavam movimentos que eram, ao mesmo tempo, fruto e inimigo das desigualdades sociais. Por fim, sublinhamos a existência de elementos de existência do caráter original do termo “sertão”, como o circunscrito na música sertaneja que, curiosamente, tem pouco vínculo cultural com a região Nordeste, mas que está alinhada ao seu vínculo original, a moda de viola.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. e C. *A História da Música Sertaneja Contada pelo Fantástico: uma Análise do Bem Sertanejo*. DISSERTAÇÃO. Universidade Federal de Goiás, 2018.
- ALVES, E. P. M. *O SERTÃO NORDESTINO COMO UM MONOPÓLIO DE SENTIDO*. In. Observatório Itaú Cultural: ARTES E CULTURA NO SERTÃO, 2021. Disponível em: https://portal.assets.icnetworks.org/uploads/attachment/file/100109/07-Elder_Patrick.pdf. Acessado em: 28/07/2021.

- BACELAR, J. Mário Gusmão (1920-1996) - *O Santo Guerreiro contra o Dragão da Maldade*. Afro-Ásia, [S. l.], n. 19-20, 1997. DOI: 10.9771/aa.v0i19-20.20958. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20958>. Acesso em: 14 set. 2021.
- Braga, A. (2017). *DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL, DE GLAUBER ROCHA*. Cadernos CESPUC De Pesquisa Série Ensaio, (9), 132-139. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernos-cespuc/article/view/14895>.
- Carvalho, L. V. & Sousa, C. C. de. *Movimentos Sócio-Religiosos no Nordeste do Brasil: um Breve Resgate Histórico*. Disponível em: http://educonse.com.br/2010/eixo_07/e7-06.pdf. Acessado em: 29/08/2021.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 16. ed. São Paulo: Global, 2006.
- PERRONI, G. F. *Cinema Novo: Um Movimento Político*. Monografia. Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25439/1/2018_GiovannaFernandesPerroni_tcc.pdf. Acessado em: 29/08/2021.

IMAGENS

IMAGEM 1. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-03-21/um-fundo-para-salvar-a-amazonia-compativel-com-o-crescimento-economico.html>. Acessado em: 01/09/2021.

IMAGEM 2. Disponível em: <http://kaduvaqueiropoetasertanejo.blogspot.com/2015/04/mato-grosso.html>. Acessado em: 06/09/2021.

IMAGEM 3. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/verao/2020/noticia/2020/01/16/cachoeiras-sitios-e-alambiques-sertao-do-ribeirao-preserva-natureza-e-tradicoes-em-florianopolis.ghtml>. Acessado em: 06/09/2021.

IMAGEM 4 e 5. Disponível em: <https://revistamoviment.net/deus-e-o-diabo-na-terra-do-sol-de-glauber-rocha-cb867c899072>. Acessado em: 06/09/2021.

IMAGEM 6 e 7. Disponível em: <https://revistamoviment.net/dragao-da-maldade-contra-o-santo-guerreiro-f97cc1f7a82a>. Acessado em: 06/09/2021.

CAPÍTULO 3

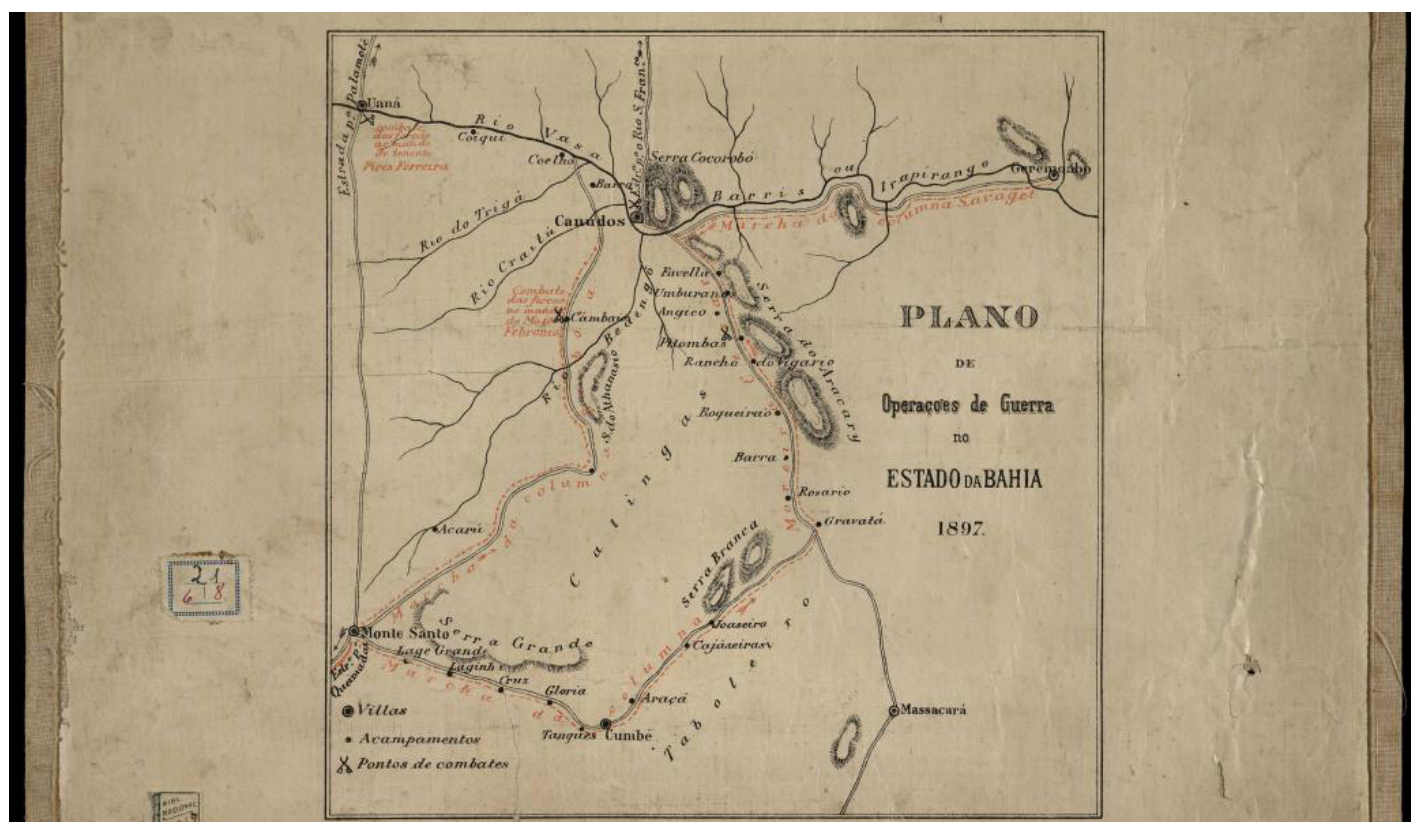
Belo Monte, os 13 de maio e o pós-abolição

Mayara Pláscido Silva

INTRODUÇÃO

Este é mais um texto sobre o Belo Monte, território conhecido na História do Brasil como “arraial de Canudos”, formado pelo ajuntamento de pessoas que seguiam, segundo as interpretações dos estudiosos/as, as palavras e as pregações de Antônio Conselheiro, na última década do século XIX. O arraial⁹ de Canudos, localizado às margens do Rio Vaza-Barris, fora uma antiga fazenda de mesmo nome, pertencente à antiga comarca¹⁰ de Itapicuru, região-entroncamento de diversas localidades (atualmente municípios): Jeremoabo, Uauá, Soure, Monte Santo, Conceição do Coité, Tucano, Pombal e Itapicuru.

Imagem 1. Localização de Canudos – 1897.



Fonte: Site da Biblioteca Nacional. Link: <https://www.bn.gov.br/acontece/exposicoes/2019/07/euclides-cunha-serto-es-testemunho-apocalipse>. Acesso em 10/10/2021.

9 ARRAIAL: Lugarejo de caráter provisório, temporário.

10 COMARCA: Circunscrição judiciária, sob a jurisdição de um ou mais juízes de direito.

Nessa imagem, vale destacar as formas circulares presentes no plano superior direito da fotografia. Essas marcas apontam para a localização de Canudos destacada a partir dos planos de campanhas das tropas enviadas para destruir o povoado. Atravessando o território de Canudos, o mapa indica a existência do Rio Vaza-Barris. Na imagem abaixo, é possível ter outra dimensão do povoado e desse mesmo rio. Observe com atenção.

Imagem 2. Parcial de Canudos e do Rio Vaza-Barris, ao Nascente – 1897.



Fonte: *Acervo da Brasileira Fotográfica Digital*. Link: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4842>. Acesso em 10/10/2021.

Na imagem acima, é possível ver destacada (no lado superior esquerdo) a Igreja de Santo Antônio do Belo Monte e, logo atrás, as muitas habitações do povoado. Mais ao centro da fotografia, o curso do Rio Vaza-Barris pode ser identificado.

A ocupação dos espaços/territórios da fazenda Canudos ocorreu em um contexto de existência de terras improdutivas e da necessidade de trabalho e subsistência para trabalhadores e trabalhadoras. Contudo, as movimentações ocorridas no interior dessas terras associadas às disputas políticas republicanas inseriram essa população e seu espaço de trabalho e moradia em um dos episódios de resistência à República mais conhecidos da História do Brasil, entre os anos de 1893 e 1897.

Diversos estudos e pesquisas descrevem a experiência do arraial de Canudos a partir da liderança de Antônio Vicente Mendes Maciel – Antônio Conselheiro ou “O Conselheiro”. Nascido no Ceará, na cidade de Quixeramobim, em 1830, o peregrino e beato cearense cresceu em uma família de pequenos proprietários e teve acesso à educação formal e letrada. Recebeu uma educação religiosa de base católica e, após diversas tragédias familiares, lançou-se nas estradas do chamado “sertão” nordestino, proferindo discursos e pregações

cristãs – seus famosos “sermões” – sobre bem-aventuranças e condutas adequadas para os/as seguidores do “Cristo”. Conselheiro pregava também contra a República – sistema político inaugurado no país em 15 de novembro de 1889 – e contra suas políticas de Estado; criticava com mais ênfase a separação entre o Estado e a Igreja, além das alterações no sistema de pagamento de impostos que afetava, de forma mais incisiva, a maior parte dos/as seus seguidores e residentes no Belo Monte: trabalhadores e trabalhadoras negras, indígenas e pessoas brancas empobrecidas.

Um conflito ocorrido em Masseté, em uma antiga fazenda na região do município de Tucano, em 1893, é descrito como o pontapé inicial do estabelecimento do Belo Monte – a comunidade formada por Antônio Conselheiro e seus seguidores/as. A “refrega de Masseté” foi um confronto ocorrido nessa localidade, entre Conselheiristas e policiais enviados pelo governador do estado da Bahia. Representou a culminância de diversos protestos contra o pagamento dos novos impostos que passaram a incidir nos preços dos alimentos e de outros objetos comercializados nas chamadas “feiras livres”, espaços de comercialização e de convivência social amplamente difundidos nas cidades brasileiras. Esses espaços eram utilizados tanto por trabalhadores/as da lavoura quanto por pequenos proprietários para comercializarem sua pequena produção agrícola; e, por outro lado, eram para eles que a população mais pobre se dirigia, em busca de alimentos e outros objetos com preços mais acessíveis.

Há relatos de protestos contra os novos impostos em diferentes regiões: Arraial de Bom Jesus, Vilas de Amparo e Monte Santo. Em 1893, na região de Soure, por exemplo, homens e mulheres, por semanas consecutivas, destruíram as “tabuletas” que informavam o aumento do valor e da quantidade de impostos a serem pagos nas trocas comerciais das feiras livres. Os novos impostos foram organizados no **Código de Postura Local** e na **Organização Orçamentária do “Município da Vila do Soure”**, espécie de documento municipal que ordenava a organização das cidades, desde a distribuição do comércio local, os impostos municipais, até à conduta desejada da população em espaços públicos.

Logo abaixo, é possível ler a descrição do Inquérito Policial que investigou a destruição das tabuletas em Soure:

“Colladas as tabôletas no barracão que serve de mercado, o denunciado José Honorato de Souza Netto, de conluio com os outros começou a concitar o povo a que não se sujeitasse ao pagamento das taxas (...)”

A essa proclamação de José Honorato apoiada por seus companheiros de plano, destaca-se Braz Victa, de nacionalidade italiana, que por sua vez dizia que na vila de Tucano as leis municipais tinham sido também rasgadas pelo povo e que nada sucedeu.

Combinados assim sobre este plano, na feira de 10 do mês de abril próximo passado, reuniram-se cerca de duas horas da tarde no estabelecimento comercial de José Honorato e sem que este os acompanhasse e também Braz Victor foram os demais denunciados em número superior a quarenta, armados de cacetes, facas e facões, dando vivas e morras e sob o atropel de foguetes, fizeram as tabuletas em migalhas (...)”¹¹

Conforme o documento acima, um número significativo de pessoas (por volta 40) participou dos levantes contra os novos impostos. O que incomodava aquele grupo a ponto de destruírem os documentos da municipalidade? A cobrança de impostos incidia fortemente na vida das pessoas que frequentavam as feiras livres. Estas, por sua vez, possibilitavam o comércio e o consumo de alimentos de variada sorte. Dessa forma, as pessoas que participavam dos levantes contra os impostos enxergavam como graves injustiças a possibili-

11 DANTAS, Monica Duarte. **Fronteiras movediças**: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos. São Paulo: Editora Hucitec, 2007. p. 416-417.

dade de carestia de gêneros alimentícios e o fato de ter que destinar à municipalidade uma maior quantia de dinheiro, para poderem participar como pequenos comerciantes nas feiras livres locais.

Nas fontes analisadas por historiadores e historiadoras, não há registros da participação direta de Antônio Conselheiro no levante ocorrido em Soure. É importante destacar que o Conselheiro condenava ações violentas, contudo parte dos/as manifestantes seguiu o pregador, que estava na vila nos dias de protestos, e se deslocou para Canudos junto com ele, fugindo das autoridades locais e policiais, convocados para “restituir” a ordem.

Os fatos trazidos nessa Introdução indicam o caminho do nosso texto. Pretendemos ler a experiência do Belo Monte a partir dos estudos que investigaram a população que seguiu Antônio Conselheiro. Para isso, faremos um exercício histórico muito importante: **a compreensão do contexto**. Quais relações sociais (econômicas, políticas e religiosas) eram vivenciadas na última década do século XX, no Brasil, e, mais particularmente, naquela região? Quando pensamos em relações de trabalho nos primeiros anos da República Nacional (1889), quais grupos sociais precisamos relevar, dar destaque?

Essas reflexões não somente contribuem para a compreensão das experiências daquelas pessoas que construíram o arraial de Belo Monte, uma experiência singular de resistência no agreste baiano, como também problematizam, dessa forma, as análises que descreveram o povo do Belo Monte como “fanáticos e ignorantes” e seguidores de um líder igualmente “louco e alienado”.¹²

1. ESCRAVIDÃO

As relações de trabalho existentes no contexto do levante de Canudos remontam ao processo de exploração colonial dos territórios daquela região. Conhecido historicamente como um processo de “Interiorização da colonização”, a agenda colonial portuguesa demonstra interesse em ocupar e explorar regiões “longínquas” do território colonial, a partir do final do século XVI. Semelhante a outros movimentos de ocupação territorial pelos colonizadores portugueses, a região que compreende atualmente as redondezas do município de Canudos foi utilizada para extração de matéria-prima e expansão da fé católica, com atuação protagonista da Ordem dos Jesuítas – membros da ordem católica Companhia de Jesus, criada em 1548, responsáveis pelo processo de catequização da doutrina católica.

A partir dos registros históricos desses processos de ocupação – política, econômica e religiosa – encontramos referências sobre os “gentis e bárbaros” habitantes originais dessa região, a saber, os diferentes povos indígenas que ali residiam. Como exemplo, o primeiro registro oficial (leia-se documento histórico produzido por sujeitos envolvidos no processo de colonização) dos indígenas Kaimbés refere-se à instalação de uma Igreja em devoção à Santíssima Trindade, em território que hoje corresponde a um distrito do município de Euclides da Cunha – a aldeia indígena Massacará.

A vasta disponibilidade de terras nos “sertões” da Província, regiões distantes do litoral e da *Cidade da Bahia* (atual município de Salvador), sede da coroa portuguesa na colônia, foi amplamente utilizada para a prática da pecuária – criação extensiva de gado – e para a policultura agrícola em grandes propriedades, os chamados latifúndios, territórios indígenas ocupados e “conquistados violentamente”¹³ por famílias de

12 RODRIGUES, Nina. **A loucura epidêmica de Canudos**: Antônio Conselheiro e os jagunços. Revista Latinoam. Psicop. Fund. III, 2. p. 145-147.

13 NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio. Um estudo de história regional. Feira de Santana, Editora da UEFS, 2008. p. 63.

ascendência nobre portuguesa. A família Guedes de Brito foi a responsável por esse processo de ocupação de territórios dos “rios Salitre, Jacuípe e Itapicuru, no centro-norte da Bahia, às cabeceiras do Rio Paraopeba, no sul de Minas Gerais”.¹⁴

As fazendas de gado, portanto, constituíram-se em núcleos produtivos das regiões interioranas – *sertões* – da colônia, na Província da Bahia. A produção – trabalho – nesses vastos latifúndios era realizada por trabalhadores/as indígenas, africanos/as e descendentes escravizados/as. Tradicionalmente, associamos a presença massiva de trabalhadores/as escravizados/as às plantações de cana-de-açúcar do recôncavo baiano, nos dois primeiros séculos da colonização portuguesa. Contudo, o trabalho escravo foi amplamente utilizado em diferentes regiões da colônia portuguesa.

Nos “*sertões*” adentro – localidades distantes dos centros da exploração colonial – trabalhadores/as escravizados/as atuavam em diferentes atividades: da criação de animais e de pequenas lavouras até à produção de açúcar. Isso mesmo. Historiadores e historiadoras verificaram a presença de engenhos de açúcar na região da comarca de Itapicuru, localidade que abrangia o território do arraial do Belo Monte. Os engenhos – latifúndios equipados com maquinário utilizado para manipulação da cana-de-açúcar e produção de açúcar – foram as propriedades responsáveis pela lógica produtiva/econômica mais importante nos primeiros séculos da colonização portuguesa, especialmente no litoral do território colonial.

Na lógica produtiva-colonial-portuguesa de extração de matérias primas, o trabalho escravo foi amplamente utilizado, com ênfase na produção de açúcar nas propriedades citadas acima, os engenhos. Trabalhadores e trabalhadoras africanas e seus descendentes labutavam de forma sistemática nas atividades do eito (trabalho agrícola) e nos afazeres diversos das propriedades. As formas de organização do trabalho, as relações produtivas e sociais desenvolvidas nesses espaços (litoral e recôncavo do atual do estado da Bahia) assumiram, historicamente, uma espécie de modelo sobre as relações escravistas desenvolvidas na antiga Província da Bahia.

Esse modelo, por seu turno, não contempla as diversidades de experiências de trabalho baseadas na escravidão, em diferentes regiões da Província da Bahia. A produção de açúcar não foi preponderante em regiões dos “*sertões*”. Foi complementar. No Alto Sertão da Bahia, por exemplo, “regiões distantes do litoral baiano, ao longo do Rio São Francisco com relevo que projeta as maiores altitudes do Nordeste”¹⁵, estudiosos comprovaram a utilização de mão de obra escrava nas primeiras ações da agenda colonial portuguesa, em territórios mais afastados do litoral. Conforme já mencionado, a criação de gado e de outros animais de pequeno porte, bem como a policultura, caracterizavam a lógica produtiva nessas regiões.¹⁶

O historiador Erivaldo Fagundes Neves nos ajuda a entender o processo de constituição da lógica escravista na região do Alto Sertão da Bahia. Nos documentos históricos analisados por ele, foram encontrados trabalhadores escravos, nascidos no Brasil, como maioria nas propriedades registradas. Contudo, entre os anos de 1768 e 1888, foram registrados trabalhadores/as africanos/as de diferentes origens (Angolas, Minas, Benguelas, Haussás, Congos e Rebolos) nessa região, atuando em diferentes atividades: “(...) policultura agrícola, pecuária extensiva, serviços domésticos e, com raridade, em funções especializadas, como carapina, pedreiro, ferreiro”.¹⁷ Há registros de trabalhadores escravizados atuando na função de vaqueiros, trabalhadores

14 NEVES, Erivaldo Fagundes. *Op. Cit.* P. 66.

15 NEVES, Erivaldo Fagundes. *Op. Cit.* P. 28.

16 NEVES, Erivaldo Fagundes. *Op. Cit.* P. 263.

17 NEVES, Erivaldo Fagundes. *Op. Cit.* P. 266.

fundamentais na lida com o gado e com outros animais de menor porte; posses que respondiam por parte significativa das fortunas/riquezas dos latifundiários.

Em localidades circunvizinhas ao arraial de Canudos, historicamente organizadas também a partir de fazendas de criar gado e policultura, a posse de trabalhadores/as escravizados/as correspondia aos bens mais importantes dos grandes proprietários locais, associados à posse de terras e gado. As pesquisas históricas sobre essa região nos informam que os/as trabalhadores/as escravizados/as, na segunda década do século XIX (1850), atuavam em atividades semelhantes àquelas descritas na região do Alto Sertão da Bahia. É importante destacar que não somente os grandes proprietários despendiam da mão de obra escrava, uma vez que pequenos e médios proprietários também se utilizavam desse expediente para incrementar a subsistência familiar.

Além disso, outra característica compartilhada entre as regiões que estamos analisando aqui se refere à convivência, nas propriedades rurais, entre trabalhadores escravizados e trabalhadores livres, na condição de agregados, meeiros e jornaleiros (trabalhadores por jornada). Agregados e meeiros eram homens e mulheres que não possuíam terras e trabalhavam em propriedades de terceiros, em troca de moradia e possibilidade de usar partes daquela propriedade para plantio agrícola, visando à subsistência de suas famílias.

As pesquisas sobre escravidão na comarca de Itapicuru, na segunda metade do século XX, informam sobre um cenário de desvalorização da mercadoria mais rentável e prestigiada na região: o gado, especialmente em função de grandes períodos de estiagem (secas) naquelas paragens. Conforme foi apontado, historicamente, essa região foi organizada, produtivamente, a partir da criação de animais em grandes fazendas de criar. Temos, então, uma junção de bens que formavam as fortunas dos grandes proprietários locais: terra, gado, escravos/as. Com o processo de declínio do preço do gado, a terra e os/as escravos/as passaram a representar uma parte ainda mais significativa das fortunas daqueles proprietários.

A valorização da mão de obra escrava, por sua vez, está relacionada também à possibilidade de escassez de braços em virtude do **tráfico interprovincial** (movimentação interna de trabalhadores/as escravizados/as ocasionada pelo fim do tráfico atlântico de escravos/as, em 1850) para as regiões do Norte do país (leia-se atualmente região Sudeste) e o predomínio da produção de café na economia nacional, naquele contexto. A falta de braços, apesar de repercutir na produção, não pode ser entendida como um entrave absoluto. É importante lembrarmos que a policultura era parte fundamental do abastecimento local (vilas e fazendas).

Nessas atividades agrícolas e em outras atividades do cotidiano das fazendas, era usual/costumeira a convivência entre trabalhadores/as escravizados/as, meeiros, agregados e jornaleiros, conforme mencionamos. Nesse sentido, o trabalho não era realizado somente por trabalhadores/as escravizados/as de forma que, em um contexto de dificuldades econômicas, a venda de escravos/as seria uma alternativa viável para aqueles proprietários. Fato que não se confirmou, segundo conclusão da historiadora Monica Dantas. Segundo a autora, ocorreu naquele contexto (1850 – fim do tráfico de escravos; 1888 – abolição da escravidão) um processo crescente de valorização da terra. O que significa isso, levando em consideração o contexto de desorganização da lógica escravista? E como essas análises nos ajudam a compreender a experiência de Belo Monte no contexto do pós-abolição?

A posse de pessoas (juridicamente equiparadas a mercadorias) tinha relevância nacional não somente por fatores econômicos. As relações escravistas desenvolvidas no Brasil representaram a construção, através dos séculos, de lógicas sociais alicerçadas no comando, controle e expectativas de subserviência da parte dos/as possuidores das mercadorias/gente. Por outro lado, os/as trabalhadores/as escravizados/as lutavam cotidia-

namente por espaços de autonomia e sobrevivência digna dentro daquele sistema de extrema violência. Esse sistema, por sua vez, restringia pesadamente o acesso de trabalhadores escravizados a posses como a terra, por exemplo. A posse de pequenas propriedades, quando conquistadas, eram defendidas de forma contundente, haja vista os sentidos materiais e simbólicos que essas posses representavam para aquelas famílias.

Em contrapartida, quanto mais difícil o acesso à terra por esses trabalhadores, mais eles/elas estariam vinculados/as ao poder seus grandes proprietários. Nas palavras da historiadora Monica Dantas: “Controlar a terra poderia significar também um domínio maior sobre a população de homens e mulheres, livres e libertos”.¹⁸ Essa reflexão é muito importante para compreendermos, por exemplo, porque a disponibilidade de terras na antiga fazenda Canudos – transformada no povoado de Belo Monte – atraiu tantos homens, mulheres e famílias inteiras, que deixaram suas localidades de origem e seguiram os passos do Conselheiro.

BELO MONTE E PÓS-ABOLIÇÃO – DIÁLOGOS

Contudo, por que precisaríamos falar da escravidão em um texto sobre Canudos? O arraial floresceu entre os anos de 1893 e 1897, período que se distanciava quase uma década da assinatura da Lei Áurea (1888), responsável por extinguir a escravidão no Brasil. Todavia, para se compreender os anos posteriores à abolição da escravatura, é preciso compreender como diferentes grupos sociais, homens e mulheres, organizavam suas vidas. Importante destacar, também, que o tempo da História é processual, portanto, para compreendermos diferentes fatos históricos, não podemos perder de vista diferentes processos históricos em contextos históricos específicos. Ou seja, temporalmente, o arraial de Belo Monte foi construído em um período singular da História do Brasil: o pós-abolição.

Esse termo “pós-abolição” além de demarcar um recorte temporal – os anos posteriores a 1888 – sinaliza também para as relações desenvolvidas entre o Estado Nacional Brasileiro, os trabalhadores e trabalhadoras ex-escravos e seus antigos senhores, em um contexto de supressão das políticas voltadas para a escravidão e de relações sociais construídas a partir da propriedade de pessoas/mercadorias. Importante destacar que a lógica escravista organizou as relações de trabalho no Brasil durante mais de 300 anos. Dessa forma, não é coerente concluir que o fim dessas relações apagaria do cenário nacional costumes e práticas (cotidianas e institucionais) apenas com a assinatura de uma lei. Nesse sentido, entendemos que é possível aprofundar nosso conhecimento sobre a experiência de Canudos, levando em consideração as particularidades dos anos seguintes ao fim da escravidão.

Para isso, façamos o exercício de protagonizar – como é o objetivo central desse capítulo – as experiências dos/as trabalhadores negros/as que se deslocaram para o arraial do Belo Monte. Na seção anterior, ao discutirmos a organização das relações escravistas na região de Itapicuru, verificamos que a posse de terra e escravos/as correspondia a maior parte das riquezas dos proprietários locais. Nesse sentido, a concentração fundiária impossibilitava o trabalho mais autônomo de diversas famílias que vivenciaram as experiências da escravidão, situação que se estendeu nos anos seguintes, pós-1888. Dessa forma, os trabalhadores/as da pequena lavoura continuavam subordinados aos grandes latifundiários, não mais como escravos, mas sim como agregados e trabalhadores por jornada.

Essa não é uma característica restrita à região de Itapicuru. Pesquisas históricas sobre as experiências de trabalhadores/as negros/as no pós-abolição informam que a posse de terras era fundamental para a concretização de projetos de liberdade daquelas famílias. A liberdade jurídica permitida pela Lei Áurea (1888) não

18 DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo, Editora Hucitec, 2007. P. 121.

representou imediatas transformações nas relações de trabalho. A possibilidade de definir o próprio tempo de trabalho, constituir famílias sem a intervenção de terceiros, garantir a subsistência através da pequena lavoura e outras atividades foram ações valorizadas por trabalhadores/as negros/as em diferentes regiões do Brasil¹⁹.

Documentos históricos informam que diferentes grupos de posseiros (trabalhadores que ocupavam terras comuns e que cediam parte do seu tempo de trabalho para atuar como agregados em propriedades privadas) costumavam compartilhar seus serviços com outros trabalhadores, em atividades coletivas conhecidas como “adjutórios”. Essas, por sua vez, eram práticas de ajuda mútua fundamentais para a subsistência de pequenos agricultores que vivenciavam as dificuldades de trabalhar e sobreviver em meio às constantes estiagens, que prejudicavam diretamente a produção agrícola; ao tempo dispendido nos trabalhos das grandes fazendas, além das políticas municipais de aumento da arrecadação de impostos (lembrem-se dos motins contra os impostos apresentados na Introdução deste texto).

Outra ação fundamental praticada por trabalhadores/as negros/as, nos anos posteriores a 1888, era a possibilidade de se movimentar – mobilidade – também sem a intervenção de terceiros. Portanto, não é de se estranhar que tantas famílias tenham se deslocado dos seus respectivos locais de origem para se estabelecerem em um arraial onde era possível plantar para sobreviver, sem intercorrências relacionadas à autoridade dos grandes fazendeiros: “um número elevado de ex-escravos negros havia festejado Canudos como uma alternativa à ‘libertação’ empobrecedora, mudando-se para lá.”²⁰ A constituição populacional de Canudos, portanto, pode ser descrita como, inicialmente, uma “colônia de migrantes”²¹, aspecto comum para aqueles anos que sucederam o fim da escravidão.

Fontes históricas nos aproximam das impressões dos grandes fazendeiros e políticos locais que acompanhavam o intenso deslocamento de famílias para a região do Belo Monte. Destaco aqui as declarações de um dos maiores proprietários da região que, além de latifundiário, também era uma expressiva liderança política local: o barão de Jeremoabo (Cícero Dantas). Em registro no periódico *Jornal de Notícias* (BA), na edição de 05 de março de 1897 (ano da destruição do arraial), lemos:

“O povo em massa abandonava suas casas e seus afazeres para acompanhá-lo [Antônio Conselheiro]. Com a abolição do elemento servil ainda mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda pela falta de braços livres para o trabalho. A população vivia como que em delírio ou êxtase e tudo quanto não fosse útil ao alucinado de Deus facilmente não prestava. (...) Assim foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com dificuldade que uma ou outra propriedade funciona, embora sem regularidade”.

Apesar de o documento transparecer as intenções e impressões de um grande proprietário, nas palavras do barão de Jeremoabo encontramos indícios de partes da composição da população que se instalou em Belo Monte. Podemos, portanto, entender que o “escasseamento” de braços na lavoura, apontado pelo barão, pode ser traduzido, à luz das experiências dos/as trabalhadores/as negros/as, que esses sujeitos enxergavam em Canudos uma possibilidade real e imediata de subsistência, em um contexto de sérias dificuldades para famílias despossuídas.

Foi em 1893 que Antônio Conselheiro e seus seguidores se instalaram na antiga fazenda Canudos, após os levantes contra o aumento dos impostos em feiras livres da região. Ali, aquela população se

19 RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativo**: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

20 BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, República e Nação**. São Paulo, EDUSP, 2009. p. 69.

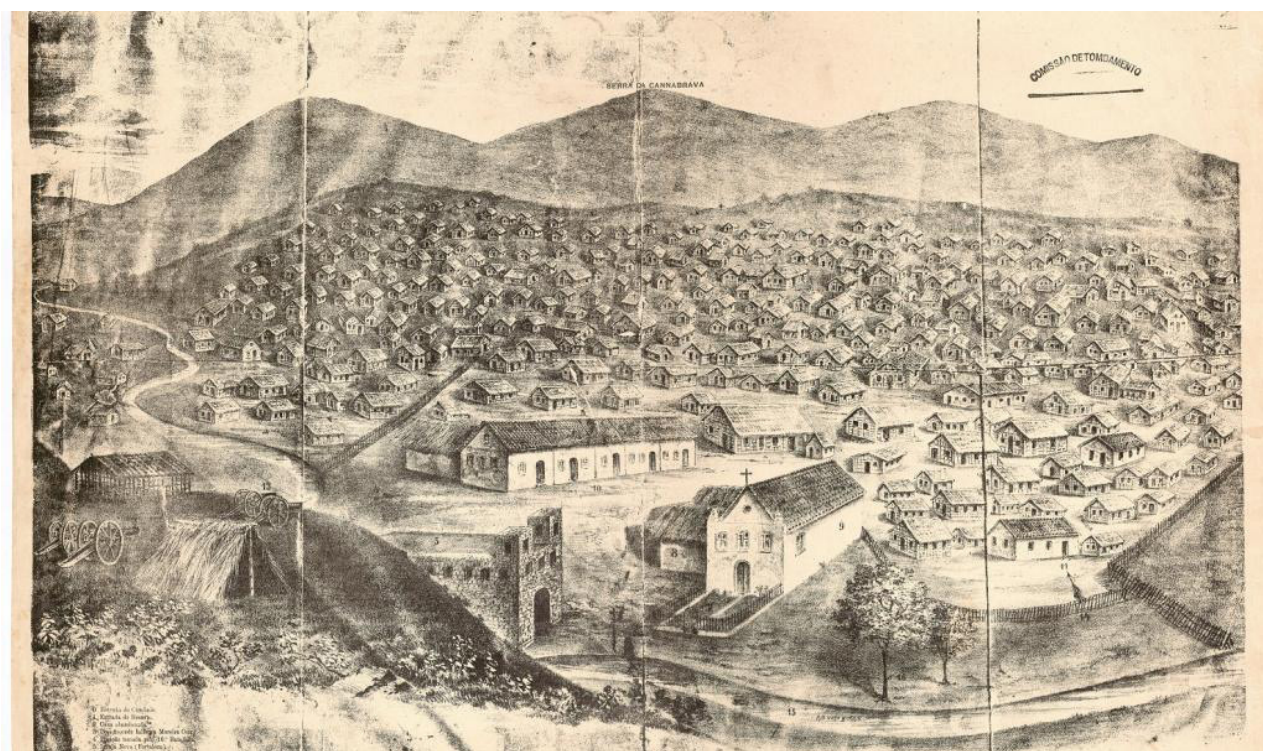
21 BARTELT, Dawid Danilo. Op. Cit. p. 68.

organizou em torno de arranjos produtivos que o território permitia: pequena lavoura (com destaque para a produção de farinha) e criação de animais (sobretudo os de pequeno porte como bodes e cabras). O arraial não era autossuficiente, de tal forma que há registros de residentes de Belo Monte frequentando feiras livres nas localidades circunvizinhas. Foram construídas casas “de taipa, cobertas de ramas de coirana, sob uma camada espessa de barro amassado”²² e outras cobertas com telhas vermelhas que se diferenciavam dos pequenos casebres de taipa, no sistema de mutirão ou adjutório, prática comum naquelas paragens.

Com o crescimento do arraial, comerciantes também se deslocaram para Canudos (há hipóteses sobre a população de Canudos variar entre 10.000 a 25.000 habitantes), atraídos pela ausência dos novos impostos republicanos, condenados ferozmente por Antônio Conselheiro. Como costumava fazer em cidades circunvizinhas, um marco da peregrinação de Antônio Conselheiro nos interiores sertanejos foi a construção de igrejas. No Belo Monte, existem registros da construção de duas: Igreja de Santo Antônio do Belo Monte e Igreja do Bom Jesus ou Igreja Nova do Belo Monte.

Na imagem abaixo é possível visualizar uma representação do arraial.

Imagem 3. Imagem do Arraial de Canudos.



Fonte: *Biblioteca Nacional*. Acesso em: <https://www.bn.gov.br/acontece/exposicoes/2019/07/euclides-cunha-sertoos-testemunho-apocalipse>. Acesso em 10/10/2021.

As casas e os casebres estavam organizados a partir das características de seus moradores e moradoras. As duas igrejas demarcavam a centralidade da fé católica no arraial. As “ruas” receberam os seguintes nomes: Rua do Monte Alegre, Rua da Caridade, Rua do Campo das Abóboras, Rua da Professora, Rua dos Caboclos e Rua dos Negros. Esses nomes nos ajudam a compreender a diversidade da população do Belo Monte. Certamente, a maioria era formada por despossuídos/as da região. Contudo, migraram para lá também famílias mais apossadas. Em síntese, a população era formada por:

22 DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007. P. 436.

“(…) refúgio de antigos escravos, remanescentes da população indígena, com a imensa maioria de trabalhadores rurais sem instrução escolar ou sem formação sólida e uma pequena classe média, sobretudo de negociantes e comerciantes, assim como vaqueiros, famílias ‘boas’ e ‘abastadas’”.²³

A citada “Rua dos Negros” certamente demarcava a presença significativa (a ponto de indicar o nome de uma “rua”) de ex-escravos, trabalhadores e trabalhadoras negras que se deslocaram para a localidade. Nas fontes históricas, essas pessoas recebiam as seguintes nomenclaturas: carijés (nomenclatura que designava os/as brasileiros/as de origem africana) e os 13 de maio (nomenclatura que identificava trabalhadores/as negros/as à experiência da escravidão).

O arraial de Belo Monte resistiu como um espaço de refúgio e sobrevivência para seus moradores em um contexto de reorganização das relações de trabalho e aprofundamento das hierarquias sociais durante quatro anos. Foi severamente destruído por tropas militares em sucessivas expedições (quatro, no total) que resultaram na morte de boa parte dos/as moradores/as, que combateram na guerra liderados pela Guarda Católica ou Companhia de Bom Jesus – grupo responsável pela segurança do povoado e de Antônio Conselheiro. A guerra contra o arraial ganhou proporções nacionais, sendo veiculada em jornais de diferentes regiões do país. No fim da guerra, os/as sobreviventes (predominantemente mulheres e crianças) foram reunidos/as pelas tropas militares. Nesse contexto, a imagem abaixo foi produzida.

Imagem 4. 400 jagunços prisioneiros – 1897.



Fonte: *Biblioteca Nacional*. Link: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4860>. Acesso em 10/10/2021.

A imagem foi produzida pelo fotógrafo Flavio de Barros. Nela, é possível ter uma dimensão dos horrores produzidos pela guerra contra o Belo Monte. Ao fundo, veem-se militares em posição altaneira defronte os/as sobreviventes do arraial: majoritariamente mulheres e crianças maltrapilhas que, aparentemente, não ofereciam riscos aos militares. Um segundo momento de observação dessa imagem nos revela um aspecto

fundamental, retratado nesse capítulo: a significativa presença de trabalhadoras negras, sobreviventes, que residiam no arraial.

Isso nos leva a outra conclusão: a de que é possível aprofundar nossos conhecimentos sobre a existência do Belo Monte – importante movimento de resistência de trabalhadores/as nos primeiros anos republicanos – à luz das expectativas de liberdade de ex-cativos/as, os 13 de maio de Belo Monte. Ali no arraial de Conselheiro, é possível que homens e mulheres negros/as procurassem “salvação (...), trabalho, alimentação, conselho”²⁴; porém, a presença marcante de trabalhadores/as que vivenciaram as relações de trabalho escravistas em um território no qual era possível prover a subsistência com um grau de autonomia inexistente nas grandes propriedades ao redor do arraial, significa também possibilidades reais de concretização de inúmeros projetos de liberdade para aqueles sujeitos.

Este pequeno capítulo/ensaio, que caminha para o encerramento, pretende contribuir nas discussões sobre o arraial de Belo Monte, direcionando nossa atenção para os grupos sociais que encontraram, ali, possibilidades reais de sobrevivência, em um contexto de reorganização das relações de trabalho. A historiadora Beatriz Nascimento, desde a década de 1980²⁵, sugeriu releituras sobre o movimento liderado por Antônio Conselheiro a partir do deslocamento de trabalhadores/as negros/as, destacando práticas costumeiras desses sujeitos em ações de resistência à lógica escravista, como a constituição de quilombos e o distanciamento de antigas propriedades nas quais existiam como escravizados/as. Trago, portanto, essa reflexão na finalização deste texto, com o intuito de destacar a importância de se reler a história do Brasil priorizando grupos sociais historicamente marginalizados e negligenciados na construção do país.

REFERÊNCIAS

- BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. São Paulo, EDUSP, 2009.
- CALASANS, José. *Antonio Conselheiro e a escravidão*. Editado pelo autor. S. A. Artes Gráficas, Salvador, s/d.
- DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo, Editora Hucitec, 2007.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *O Império do Belo Monte. Vida e morte de Canudos*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2001.
- MACEDO, José Rivair e MAESTRI, Mário. *Uma história da guerra de Canudos*. São Paulo, Expressão Popular, 2004.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia política da guerra de Canudos. Da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo, Expressão Popular, 2001.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras. Relações raciais, quilombos e movimento*. Org. Alex Ratts. Rio de Janeiro, ZAHAR, 2021.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja. Da sesmaria ao minifúndio. Um estudo de história regional*. Feira de Santana, Editora da UEFS, 2008.
- RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RODRIGUES, Nina. *A loucura epidêmica de Canudos. Antonio Conselheiro e os jagunços*. Revista Latinoam. Psicop. Fund. III, 2, 145-147.

24 CALASANS, José. *Antonio Conselheiro e a escravidão*. Editado pelo autor. S. A. Artes Gráficas, Salvador, s/d.

25 NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimento*. Org. Alex Ratts. Rio de Janeiro, ZAHAR, 2021.

CAPÍTULO 4

INFLUÊNCIAS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA ARTE E NA ARQUITETURA DO “SERTÃO DO CONSELHEIRO”

Jadilson Pimentel dos Santos

INTRODUÇÃO

Nos textos historiográficos e jornalísticos escritos desde 1874, a partir da notícia acerca do aparecimento de Antônio Conselheiro, até a década de cinquenta do século XX, passando pela criação e morte do Belo Monte, um dos engodos mais recorrentes é ignorar a importância do beato Conselheiro enquanto líder organizador, criador e articulador de um vasto repertório artístico e cultural em parceria com as comunidades quilombolas do grande “Sertão do Conselheiro”.

Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, ainda tem sido apresentado de maneira equivocada. Em inúmeros textos, ele é descrito como um líder messiânico desligado do contexto social do qual surgiu e sem nenhuma ligação funcional com os problemas da geografia em que a luta foi travada. Pouquíssimas vezes o beato é lembrado enquanto “aboliconista” e aconselhador dos povos sertanejos de matriz africana. Antônio aconselhador, condutor dos desafortunados, depois de ter palmilhado diversos estados do Nordeste, durante quase um quarto de século, nos quais a população de escravizados era considerável, não poderia deixar de nutrir interesses pelos cativos, muitos deles egressos dos quilombos da região: Tucano e sua Comunidade quilombola do Ovó II, Inhambupe, Itapicuru, Soure (Natuba ou Nova Soure atual), Jeremoabo, Ribeira do Pombal, Monte Santo, Massacará (Cumbe ou Euclides da Cunha atual), dentre outros.

Com efeito, algumas fontes revelam que Antônio Vicente sempre esteve imbuído de uma postura aboliconista, que esteve presente em suas pregações populares, responsáveis por arrastar milhares de adeptos para as sendas de um cristianismo das origens. Ainda que poucas, essas fontes delineiam um beato preocupado com a escravidão e com o destino dos povos de quilombo, os quais contribuirão com sua mão de obra no que diz respeito à construção do arraial do Belo Monte e às obras pias projetadas nos rincões sertanejos.

Nesse sentido, o peregrino beato vivia a consolar, dar conselhos e a orientar as miseráveis populações abandonadas e esquecidas pelas autoridades. A maioria dos que lhe chegavam e contavam-lhe sobre sua vida pregressa era formada por pequenos camponeses e trabalhadores que viviam em regime de escravidão nos latifúndios sertanejos. Diante do beato, eles encontravam a reparação do seu passado sofrido. Na voz de Ataliba Nogueira²⁶ “aquelas gentes que tiveram suas propriedades roubadas, foram expulsas de suas terras pelas forças policiais e pelo fisco, pelas autoridades e seus agentes arbitrários, pelos políticos sem sentimento”. Vítimas da brutalidade e do egoísmo, elas encontraram na imagem do Conselheiro as promessas da Canaã, cujos “rios são de leite e suas barrancas são de cuscuz”, metáfora da terra prometida.

26 NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. São Paulo: Editora Nacional, 1978. p. 12.

Nos depoimentos sobre Canudos, José Aras, poeta do Cumbe, filho de sertanejos que conheceram o Bom Jesus Conselheiro, dizia que, quando criança, ouvia as histórias contadas a respeito das pessoas que iam para o Belo Monte. Nessas memórias, o aedo sertanejo relata que a caminhada na direção do Belo Monte lembrava aos seus participantes o povo de Israel acompanhando Moisés na fuga do Egito, ansiosos por atravessar o Mar Vermelho e livrar-se da opressão imposta pelo faraó. Nesse sentido, Belo Monte tornar-se-ia a terra da promessa.

Geralmente, nas fazendas e sítios sertanejos encontrava-se um número considerável de escravos. Essa quantidade acentuada dava-se devido à extensão dos labores dos engenhos ou dos alambiques e serviços da lavoura. O sertão Norte e Nordeste da Bahia, com sua fisionomia às vezes desolada, atraía diversos forasteiros, alguns fugindo de outras regiões ainda mais remotas e castigadas pelos flagelos das secas.

Os habitantes desses sertões variavam tanto culturalmente quanto etnicamente. Não existia a homogeneidade que inúmeros autores, dentre eles, Euclides da Cunha, sugeriram. O certo é que diminutas vilas e povoados de ex-escravos, incluindo antigos fugitivos, pontilhavam a paisagem. Em Inhambupe, por exemplo, vila vizinha do Itapicuru, zona de alcance das pregações do beato, um dos maiores centros populacionais do sertão com cerca de 22.004 habitantes, em fins do século XIX, era essencialmente rural. No resultado do censo de 1872, apontava-se a existência de 542 escravos sem ocupação, 3.015 escravos agrícolas, 276 criados domésticos e, aproximadamente, 505 artesãos. Muitos desses artífices, descendentes dos escravos libertos em 1888, trabalharão com Conselheiro na edificação de capelas, cruzeiros, cemitérios, igrejas, bem como em obras de reformas diversas.

Nesse aspecto, boa parte desta grei irá compor o círculo de artistas e oficiais mecânicos: marceneiros, entalhadores, carpinteiros, ferreiros, mestres de obras, etc. Dentre os mestres e artífices pardos e pretos do círculo Conselheirista, podemos citar os nomes de Manuel Faustino, Mestre Feitosa do Inhamuns, Mestre Vítório e Mestre Ricardo; bem como os de outros tantos mestres pretos, oriundos de Inhambupe, que trabalharam em Crisópolis (Nordeste da Bahia), erigindo a Igreja do Bom Jesus, o cemitério e o cruzeiro, em parceria com o Mestre Faustino; bem como o conjunto arquitetônico religioso de Chorrochó, no Norte da Bahia, em parceria com o Mestre Feitosa.

MESTRE FAUSTINO: O MICHELANGELO DO CONSELHEIRO

Dentre os vários profissionais que se destacaram nas artes manuais, figuram dois na lista dos trabalhadores conselheiristas: o já mencionado Manuel Feitosa e o mestre e entalhador Manuel Faustino. Este último acompanhou o Conselheiro em sua partida para Canudos, findando seus dias lá. Faustino, além de trabalhar nos templos do Belo Monte, foi o responsável pelo desenho e pelo trabalho em talha da igreja de Crisópolis (Imagem 01).

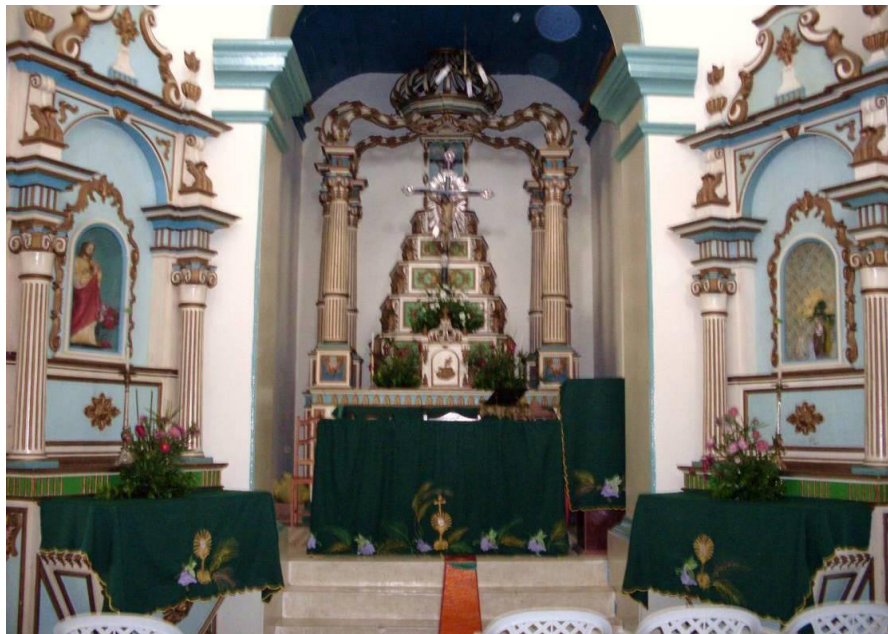


Imagem 01: Retábulo-mor e colaterais da Igreja do Bom Jesus de Crisópolis.

Autoria: Manuel Faustino, século XIX.

Fonte: Jadd Pimentel, 2009.

Benício²⁷ relata em sua obra *O Rei dos Jagunços* que, “pouco depois de instalar-se em Canudos para onde começaram a convergir famílias de todos os sertões, Antônio Conselheiro deu início à Igreja Nova sob a direção do mestre de obras por nome Faustino”. Sobre este artífice, argumenta o jornalista Fávila Nunes: “Disse que ele morreu de tiro, o mesmo ocorrendo com uma de suas filhas. A outra caiu prisioneira das tropas republicanas e teria seguido para Salvador”. Ainda de acordo com o que escreveu esse correspondente enviado ao campo de batalha, para cobrir a Guerra de Canudos, as meninas criavam um porco-do-mato que foi adquirido das mãos de um soldado por um alto preço.²⁸ Em entrevista concedida a Nertan Macedo, em época posterior, Honório Vilanova, comerciante no Belo Monte, falou no nome do mestre Faustino. Fez umas rosas douradas no altar da igreja, que era a admiração do povo. Um velho de sessenta anos que sempre arranjava uma maneira de “tomar uma bicada” descumprindo a lei do agrupamento. Foi proibido de beber. Ficou triste e magro. Depois se consolou no trabalho²⁹.

“O grande artista daquele grupo messiânico. Bem poderíamos avançar: o Miguel Ângelo do Conselheiro [...] Realizara, anteriormente uma boa obra no arraial do Bom Jesus (Crisópolis), trabalhando na construção da capela local, levantada pelo Conselheiro. A bela igreja, concluída em 1892, que chegou aos nossos dias, conserva nas portas e no altar-mor, as talhas do mestre Manuel Faustino. [...] Chamar-se-is Manuel Faustino de Oliveira[...] Compadre de Antônio Vicente Mendes Maciel, padrinho de Paulina, batizada a 9 de dezembro de 1891, pelo vigário Agripino Borges, da freguesia do Itapicuru. É o que consta no livro de registros de batizados da referida freguesia, guardado no arquivo da Arquidiocese de São Salvador, na Bahia”.³⁰

27 BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. [Edição fac-similar do Jornal do Comércio, 1899]. Brasília, Senado Federal, 1997. p. 168.

28 GALVÃO, Walnice Nogueira. De sertões e jagunços. In: *Saco de gatos*. São Paulo, Duas Cidades, 1976. p. 221.

29 MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. Rio de Janeiro, Renes/INL/Pró – memória, 2ª ed., 1983. p. 68.

30 CALASANS, José. José. *O Estado-Maior de Antônio Conselheiro*. São Paulo: Edições GRD, 2000. p. 26.

Infelizmente, quase ou nenhum documento que trata do grupo de artífices que acompanhava o beato Antônio Conselheiro se preservou. As poucas notícias que chegaram até nossos dias foram veiculadas através das informações colhidas por pesquisadores do porte de José Calasan, Nertan Macedo, Ataliba Nogueira etc.; que, a partir da década de 50 do século vinte, envidaram meios para registrar e reescrever a história dessas gentes. É, contudo, com base na história oral e nas obras artísticas e arquitetônicas que sobreviveram que analisamos as informações existentes sobre esses sujeitos, pois para a nação do oitocentos pouca importância tinha o que se passava nos sertões, considerados, sempre, como o lado obscuro e atrasado do Brasil.

Devido ao regime de trabalho e às necessidades urgentes, bem como o nomadismo constante, muitas dessas obras foram realizadas, às vezes, em intervalos de tempo muito curtos e contrariando o mando das autoridades. Com isso, a aprendizagem no agrupamento era mais livre, fazendo com que os artífices e outros profissionais não empregassem um sistema mais elaborado como: riscos, croquis, maquetes, etc. Também não figuram em tipos de documentos como: testamentos, livros de tombo e inventários, pois muitas dessas construções e serviços prestados, se no início agradavam a muitos e movimentavam, sobremaneira, o comércio local, em outros momentos foram seriamente recriminados, fazendo com que muitas dessas obras desaparecessem para sempre.

Convém explicitar que, depois da destruição do Belo Monte, muitas autoridades das vilas e cidades nas quais existiam obras da lavra do Conselheiro fizeram questão de demolir e apagar tudo que estivesse ligado a ele, pois para a nação republicana, ter essas obras representava uma mácula inigualável. Esses eventos acarretaram danos irreparáveis para a pesquisa.

Todavia, a obra aqui retratada, a Igreja do Bom Jesus de Crisópolis (Imagem 02), ainda que com ligeiras modificações em sua estrutura externa, bem como o seu santo cruceiro, permanece como nos primórdios de sua edificação. No século XX, conta a população local, um pároco quis transformar o templo, o qual não contou com o apoio dos seus paroquianos, desistindo do desejo obscuro.

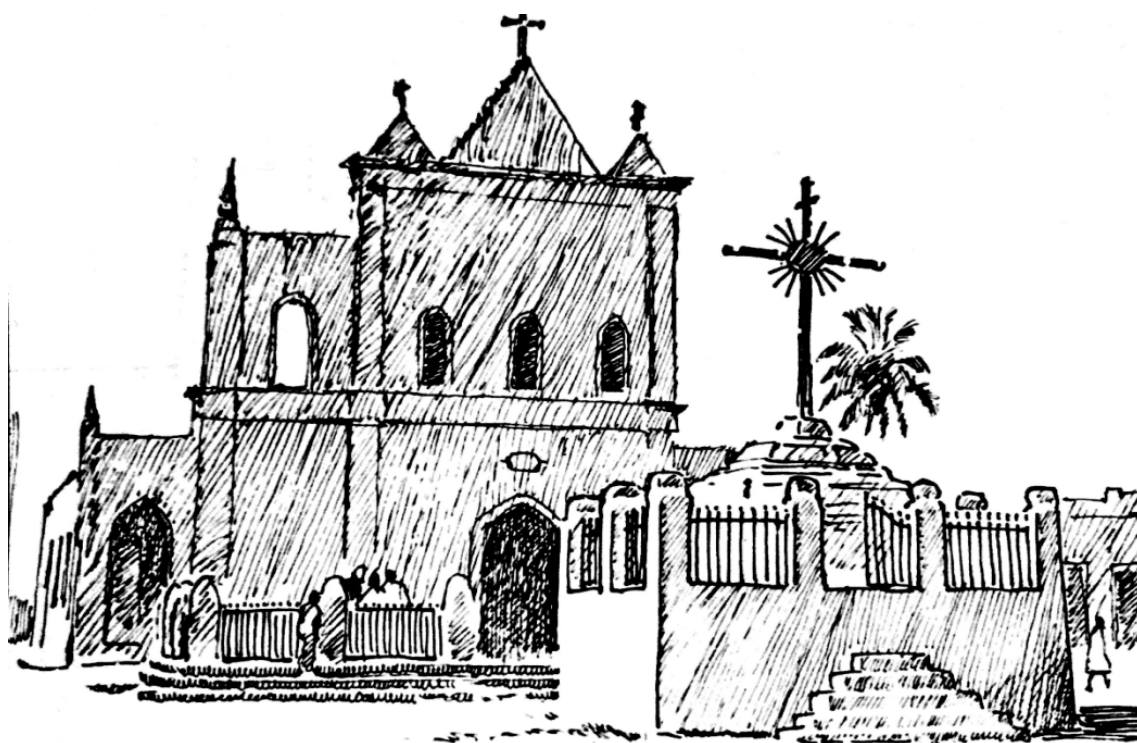


Imagem 02: Desenho da Igreja do Bom Jesus de Crisópolis.

Fonte: IPAC, 1987.

De acordo com Calasans, o templo que Euclides da Cunha chamou de “lindo e elegante”³¹ trata-se, na verdade, de uma das igrejas mais conhecidas de Manoel Faustino. Templo que a imaginação sertaneja considera como o mais belo dos sertões da Bahia. Não se sabe ao certo quando foram iniciadas as obras da Igreja do Bom Jesus. Constata-se, a partir do ofício mencionado anteriormente, que, em 1886, o delegado do Itapicuru denunciou a obra, considerando-a dispendiosa e desnecessária. Certamente ela só ficou pronta em 1892, pois este é o ano que aparece gravado em seu frontispício. Deduzimos que seja também a data da consagração, a qual, conforme atestam as vozes locais, ocorreu com grandes festas, música e foguetório, à moda do séquito do beato.

Apresentando um caráter híbrido em sua parte externa, dadas as fusões estilísticas, as diversas linguagens se impõem. Nela, detectam-se a presença de vasos coroando as torres e a utilização do arco pleno, das linhas retas e dos florões com finalidade decorativa. No grande florão que ornamenta a torre central, constatam-se, discretamente, as letras iniciais do nome Bom Jesus, prática muito recorrente nas fachadas erguidas pelo beato. Entretanto, o que mais impressiona na fachada é a qualidade do trabalho em talha da porta e das janelas superiores. Comprova-se, nessa composição, um prolongamento da decoração interior, uma das marcas do mestre Faustino que, de forma magistral, trabalhou a madeira.

Cabe ressaltar que esse trabalho apresenta uma força expressiva considerável no conjunto da obra. É um exemplar único no que concerne às obras conselheiristas. Sua originalidade ultrapassa mesmo as fronteiras do “Sertão do Conselheiro”. Uma possibilidade de comparação com a destacada produção talvez seja encontrada nas portas de alguns templos orientais. E essa possibilidade de influência, ainda que remota, não poderá ser descartada, mesmo que seja, essa, uma produção do final do século XIX, no contexto sertanejo.

É sabido que desde os primeiros tempos da colonização, adentraram, nessas terras, cristãos novos, mouros etc. Sabe-se, também, que esses indivíduos, fugindo da inquisição, incursionaram pelo interior, possibilitando, no decorrer dos tempos, uma mescla de culturas. Graham ao falar dos hábitos e costumes do homem sertanejo, informa-nos que as suas casas tinham algo de oriental em sua configuração e em seu ar. As portas feitas como as de Portugal e Espanha eram executadas num molde que os mouros deixaram na península. Prossegue ainda dizendo que, “para completar o ar oriental, as casas antigas eram divididas como em Portugal e Espanha e que as famílias chegavam a se alimentar como os mouros do norte da África”³².

Azevedo nos diz que “na arquitetura civil a influência oriental das Índias se fez presente nos avarandados que envolviam casas rurais, nos forros com treliça para a saída do ar quente, nas esteiras que protegiam janelas e balcões, nos caixilhos com mica em elementos decorativos e imagens dos oratórios”³³. Para ele, essa influência não se restringiu à casa popular e burguesa, uma vez que esteve presente também em edifícios nobres.

Ao verificarmos detalhadamente essa porta, bem como as janelas, constatamos imediatamente que as palavras proferidas por Honório Vilanova a Nertan Macedo se confirmam. As flores que ainda se fazem

31 CALASANS, José. *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*. Bahia: Tip. Beneditina, 1950. p. 66.

32 GRAHAM, Robertb Cunninghame. *Um místico brasileiro: vida e milagres de Antônio Conselheiro*. São Paulo: Editora Sá e Unesp, 2002. p. 76

33 AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: UNB, 1996. p. 20.

presentes ali foram cuidadosamente trabalhadas, formando em cada lado quatro placas retangulares em relevo, proporcionalmente distribuídas. Por sua vez, em cada retângulo, há uma nova subdivisão em outros quatro retângulos, tendo, em cada um, uma flor esculpida de forma delicada. Cada retângulo apresenta, ainda, uma composição com linhas que, passando pelo eixo, onde estão situados os pistilos, formam losangos.

Verifica-se que o numeral quatro rege toda composição: quatro retângulos maiores, quatro retângulos menores, quatro losangos, quatro triângulos, quatro flores e quatro folhas. Numa perscruta mais atenta em relação às flores, percebemos que essas ainda se subdividem. Em cada uma delas confirmamos quatro pétalas, sendo duas maiores e duas menores; além de quatro pequenas folhas nas quais se assentam as pétalas. Notamos, também, que há na composição de cada grande retângulo um forte equilíbrio. A única quebra se dá pela alternância dos pistilos das flores. Neles, constatam-se três composições variadas: dois pistilos semelhantes que assumem uma forma de pequena flor de quatro pétalas; e dois que se diferenciam formando losangos com semiesferas em alto e baixo-relevo (Imagem: 03).

Na parte triangular, que lembra um tímpano, presenciaram-se duas composições simétricas que se formam através de motivos fitomórficos: duas flores estilizadas com duas pétalas e folhagens formando hastes e volutas. Apresentando frisos pintados em azul, certamente preservando de épocas anteriores a utilização do anil, a porta contrasta com o branco do edifício, provocando no observador uma admiração, em virtude da simplicidade e do virtuosismo que dela emanam. Nessa obra, especificamente, notamos certa influência do orientalismo africano, sobretudo do norte da África, Marrocos, onde composições entalhadas na madeira das portas e janelas são recorrentes.



Imagem 03: Porta entalhada em madeira com flores em alto relevo.

Autoria: Manuel Faustino, século XIX.

Fonte: Jadd Pimentel, 2009.

Cabe ressaltar que esse trabalho apresenta uma força expressiva considerável no conjunto da obra. É um exemplar único no que concerne às obras conselheiristas. (Imagem: 04).



Imagem 04: Igreja e Cruzeiro do Bom Jesus, Crisópolis - BA.

Fonte: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=290960&search=bahia|crisopolis|infograficos:-fotos>> Acesso em 15/08/2017.

No geral, essas obras não se enquadram profundamente num tipo de estilo. São, antes, frutos da miscigenação da grei conselheirista, na qual negros, índios, brancos e pardos partilhavam o mesmo ideal: a edificação da Casa do Senhor.

OS CRUZEIROS-PALANQUE DO CONSELHEIRO: SÍMBOLOS INSPIRADOS NO CULTO SINCRÉTICO DO SENHOR DO BONFIM DE SALVADOR

Entre 1874 e 1876, Antônio Conselheiro, que já vinha de anos de peregrinações, estabelece pouso fixo nas freguesias do nordeste da Bahia. Nessa área de sua predileção ele já se encontrava erguendo obras pias em Rainha dos Anjos, termo do Itapicuru. Sobre esses primeiros momentos, Canário, em sua obra chamada *Os mal aventurados do Belo Monte*, afirma:

“Proseguiu executando o seu trabalho, erguendo e reformando igrejas e cemitérios, quando descobriu um lugar acolhedor. Caminhara por muitos meses e decidiu permanecer em Itapicuru, importante localidade perto da fronteira com Sergipe. Passados uns dias foi até Rainha dos Anjos, um povoado próximo, e começou a construir uma capela, atendendo pedido dos fiéis. Eram muitos os colaboradores, alguns vindos do Ceará, principalmente pedreiros e carpinteiros, cabendo aos mais novos o transporte de pedras e madeiras, como ajudantes obedientes. Todos os dias, na hora do Ângelus, reuniam-se junto à construção, onde rezavam as preces, Antônio falando aos obreiros, preparando-os para o dia do Juízo Final, dando-lhes conselhos, conhecido, desde então, como Antônio Conselheiro”³⁴.

Essas ocorrências desencadearam a necessidade de se projetar uma terra da promessa, onde o beato e sua gente viveriam mais dignamente e cuidando das coisas sagradas. Com a criação dessas cidades-santuário, um número cada vez maior de fiéis chegaria. Com isso, fez-se mister repensar o alcance de suas prédicas.

34 CANÁRIO, Eldon. *Os mal-aventurados do Belo Monte*. Salvador: Editora ABC, 2005. p. 155.

Nesse ínterim, fundam-se três povoações com essas tipologias de cruzeiro, os quais em muito se parecem não só por estarem em meio a grandes praças alongadas, como pela esbelteza das fachadas dos templos que aí compõem a cena.

Vinculando-se através da Santa Cruz e do crucificado a um catolicismo das origens, ressalta-se que o ponto fulcral de suas edificações é o cruzeiro colocado na área frontal dos seus edifícios religiosos. No adro da igreja, o beato podia realizar a sua *mise-em-scène* sempre pontuada por passagens que evocavam temas como a Paixão de Cristo, as Dores de Maria, o Juízo Final, dentre outros.

Esse *modus operandi* que se realizava quase sempre na parte externa do templo, configurava-se diante do Santo Cruzeiro erguido em complexa base poligonal. Esses cruzeiros, que continham alguns poucos símbolos do martírio do Filho de Deus, estavam sempre destacados através de elementos ornamentais e cercados por uma espécie de palanque, no qual se utilizavam gradis de madeira e pilastras.

Os cruzeiros de Antônio Conselheiro eram constituídos basicamente por três partes fundamentais e por alguns acessórios. Primeiramente, tínhamos o palanque ou coreto, formado por uma base em quadrilátero contendo entre nove e onze pilares, que nasciam nas extremidades e que se ligavam por um gradil em madeira. O acesso era feito por uma pequena escadaria com cerca de cinco degraus semicirculares, que davam acesso ao cruzeiro pelo lado contrário à fachada da igreja. A vista frontal da cruz dialogava com a rua, enquanto que a vista posterior, com a fachada da igreja. Esse planejamento realçava a aparição do beato. Era como se ele estivesse em um palco de teto sacro e o pano de boca se abrisse. Nesse sentido, o profeta, ao subir as escadas desse púlpito dos sertões, geralmente se dirigia para a face oposta à entrada.

Suas prédicas se faziam, quase sempre, contemplando o chão e o frontispício do templo, num comportamento que Euclides assim asseverou em *Os Sertões*:

“Ele ali subia e pregava. Era assombroso, afirmam testemunhas existentes. Uma oratória bárbara e arrepiadora, feita de excertos truncados das *Horas Marianas*, desconexa, abstrusa, agravada, às vezes, pela ousadia extrema das citações latinas; transcorrendo em frases sacudidas [...]. Parco de gestos, falava largo tempo, olhos em terra, sem encarar a multidão abatida sob a algaravia, que derivava demoradamente, ao arrepio do bom senso, em melopeia fatigante. Tinha, entretanto, ao que parece, a preocupação do efeito produzido por uma ou outra frase mais incisiva. Enunciava-a e emudecia; alevantava a cabeça, descerrava de golpe as pálpebras; viam-se-lhe então os olhos extremamente negros e vivos, e o olhar – uma cintilação ofuscante [...]. Ninguém ousava contemplá-lo. A multidão sucumbida abaixava, por sua vez, as vistas, fascinada, sob o estranho hipnotismo daquela insânia formidável”³⁵.

Em seguida, temos o seu pedestal, também conhecido como base ou peanha, que adquiria, conforme o lugar no qual havia sido projetado, características próprias. Essa parte integrante do cruzeiro poderia aparecer simulando o Calvário com base poligonal, como trono, em formato de cone, ou escalonado. Por último, destacava-se, no conjunto da obra, a imponente cruz em madeira. Essa consistia em duas peças; uma no sentido vertical e outra no sentido horizontal, denominando-se: estipe e patíbulo. Geralmente, esse objeto sagrado estava encravado sobre o pedestal a uma altura de sete metros, levando em consideração a medida compreendida entre a base do cruzeiro e o topo da cruz.

As cruzes projetadas pelo beato eram totalmente trabalhadas em madeira de lei e, na maioria das vezes, adquiriam a forma de Cruz da Trindade ou Cruz em Trevo. Eram desprovidas do Crucificado; a haste vertical continha, logo acima da horizontal, uma cartela em diagonal com a amostragem da causa da sentença:

35 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Martim Claret, 2002. p. 160.

a inscrição INRI, na qual se lia: *Jesus Nazarenus Rex Iudeorum*. Ressalta-se, também, ainda no corpo da cruz, outro elemento marcante: o resplendor. Abraçando as duas hastes, no ponto de intersecção das mesmas, esse elemento decorativo e iconográfico representava um sol em glória. Para os fiéis baianos é muito representativo e tão cantado no hino do Senhor do Bonfim.

Gloria a ti! Dessa altura sagrada
És eterno farol, és o guia,
És senhor, sentinela avançada,
És o guarda imortal da Bahia.³⁶

O resplendor aí colocado representa a luz divina. Significa que Cristo é o Iluminado, a luz que dissipa as trevas, é o criador. Pode-se seguramente interpretar que esse símbolo é o trono no qual o Filho de Deus entregou-se por amor. De acordo com a iconografia católica, no que concerne ao resplendor, quando o número dos raios está numa quantidade de dezesseis, simboliza o conteúdo da fé do Cristianismo: a pregação dos doze apóstolos e dos quatro evangelistas (Mateus, Marcos, Lucas e João). Quando o número dos raios é doze, o significado é duplo: podem se referir às doze tribos de Israel ou aos doze apóstolos (Imagem 05).



Imagem 05: Resplendor do Cruzeiro de Chorochó – Bahia.

Fotografia realizada pelo autor, em agosto de 2010.

36 SALLES, Arthur de. *Hynno ao Senhor do Bonfim*. Salvador, 1923. Disponível em <https://evidencie-se.com/o-poeta-arthur-de-salles-em-sergipe/> Acesso em 07/10/2021.

O CRUZEIRO DA IGREJA DO SENHOR DO BONFIM DE CHORROCHÓ: UM TÍPICO EXEMPLAR ERGUIDO EM PARCERIA COM O MESTRE FEITOSA

É sabido que três tipologias de cruzeiros estão registradas na história da arquitetura popular de Antônio Vicente Mendes Maciel: Cruzeiro da Igreja do Senhor do Bonfim em Chorrochó; Cruzeiro da Igreja do Bom Jesus, em Crisópolis; e Cruzeiro da Igreja de Santo Antônio, em Belo Monte (demolido). Esses exemplares, marcantes na arquitetura religiosa dos sertanejos Conselheiristas, passaram por um processo evolutivo considerável. Esse *modus operandi*, constatado na fabricação dos cruzeiros, iniciou-se de forma mais tímida e modesta em Chorrochó, avançou em Crisópolis e atingiu o clímax no Belo Monte. É no espaço geográfico chorrochoense, território banhado pelo Rio São Francisco, que vamos encontrar uma das mais singulares realizações da arquitetura popular do Conselheiro: o conjunto do Senhor do Bonfim, constituído de igreja, cruzeiro e cemitério.

O templo é precedido de um cruzeiro monumental, cujo supedâneo, em forma de duplo cone e assentado em um tronco de cone, impõe elegância ao monumento. Essa base, por sua vez, está coroada por uma grande cruz, em madeira de lei, que se harmoniza com a cruz do coroamento do frontão da igreja. Nos registros de pesquisa constata-se:

Apresentando a mesma estrutura de outrora, a edificação contém, ainda, amplo adro no qual está encravado, a quase 19 metros de distância da fachada, um delicado cruzeiro. Tratado de uma maneira especial, os cruzeiros do Antônio Conselheiro, dentre eles o do Senhor do Bonfim, apresentam características próprias, enfatizando a assinatura pessoal do beato profeta. Geralmente estão assentados em uma base bulbosa circular ou poliédrica, e apresenta elementos decorativos. No caso desse exemplar, os ornatos são poucos, porém acentuados pelo destaque dado à cruz de madeira que coroa o pedestal. Nela, nota-se o grande resplendor do Senhor do Bonfim, em forma de sol, cartelas decorativas, bem como o leve abaulado do corpo e dos braços da cruz. [...] Contudo, o que dá o toque especial e imprime uma assinatura de autenticidade relevante aos cruzeiros do líder sertanejo é o coreto, ou palanque, em que eles estão assentados. Geralmente essas estruturas eram compostas por pequenas colunas ligadas por cercaduras em madeira, formando uma espécie de púlpito. O acesso à construção se dava por pequena escada contendo em média quatro ou cinco degraus. Arremata de uma forma especial a obra do cruzeiro de Chorrochó, o resplendor da cruz. Para os sertanejos é a alegoria referente ao sol do sertão que a tudo fustiga. O Bom Jesus articulado por essa representação encontra, pois, nessas gentes a simbologia ideal³⁷.

O Cruzeiro da Igreja do Senhor do Bonfim de Chorrochó, projetado por Conselheiro, foi executado pelo mestre de obras Feitosa dos Inhamuns.³⁸ Desde o término de conjunto religioso, em 1885 do século XIX, até o ano de 2010, século XXI, as cores empregadas nesse monumento foram o azul e o branco, as quais sempre dialogaram com o colorido da igreja. Na voz da comunidade local, essas eram as cores oficiais do edifício religioso do Senhor do Bonfim de Chorrochó.

37 SANTOS, Jadilson P. dos. *A arte e a arquitetura religiosa popular do Antônio Vicente Mendes Maciel, o Bom Jesus Conselheiro*. 2011. 262 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador. p. 662.

38 Feitosa era cearense conterrâneo do peregrino e, segundo documentos da década de 80 do século XIX, recebia favorecimentos do beato Conselheiro. Esse Manuel Feitosa, que fora denunciado pelas violências cometidas, era, segundo Calasans (1997), “um dos mestres-de-obra do Conselheiro”. Nesse intervalo, estava dirigindo a construção da Igreja do Bom Jesus. Esse mesmo mestre, em anos anteriores, esteve trabalhando em outra edificação religiosa empreendida pelo Antônio Vicente Mendes Maciel: a Igreja do Senhor do Bonfim de Chorrochó.

Nesse sentido, constata-se que foi utilizada a cal para a caição das paredes do templo, da plataforma e da base do cruzeiro. Também foi empregado o azul extraído do anil, aproveitado nas portas e janelas, no gradil do coreto, na cruz e nos acessórios que compõe o cruzeiro. Essa combinação na composição das cores sempre agradou aos devotos do Conselheiro. O conjunto contemplado durante o dia, banhado na luminosidade do sertão em muito encantava os observadores, aparecia fulgurante confundindo-se com o espaço celeste: o branco com as nuvens e o azul com o céu.

Embora seja um cruzeiro erguido em honra ao Crucificado, este não chega a ser uma cruz do martiro-lógio³⁹ de Cristo, no sentido mais estrito. Sugere apenas o martírio através da tarja com inscrição. Na verdade, o que neste monumento presenciamos é a cruz em trevo ou cruz da Trindade, que foi adaptada, sugerindo com o sol que nela resplandece, o triunfo de Cristo sobre a morte. A cruz da trindade com suas extremidades trilobadas então significando pai, filho e Espírito Santo, encontra sincronia com o repertório decorativo do frontão através das três estrelas inscritas numa circunferência em forma de corda.

O resplendor do Senhor do Bonfim, que sugere um sol de doze raios, é outro elemento iconográfico que aí se destaca. Nos depoimentos da população, a figuração que do cruzeiro emerge diz muito da geografia local com seu clima quente e seco, podendo também representar a resistência do povo sertanejo. Constata-se, no que tange à análise formal da cruz, certo tratamento em suas partes principais: estipes e patíbulo. Neles evidenciamos o chanfrado dos vértices, os trilóbulos das extremidades e o abaulamento das partes que compõem o corpo do monumento.

Em fotografias da década de 1970 e 1980, conseguiram-se identificar alguns elementos que foram subtraídos do pedestal da cruz. Nesses documentos visuais, saltam aos olhos algumas volutas que se mostravam decorativas e simbólicas. Do ponto de vista ornamental, essas composições dialogavam com as do frontão da igreja, dando mais leveza ao monumento; e do ponto de vista iconográfico relacionava-se com a Cruz do Calvário, pois como consta em diversas pinturas referentes ao cristianismo, nela foram colocados alguns elementos de sustentação em sua base, tais como: estruturas de madeira, ossos, dentre outros (Imagem 06).

39 Cruzeiro do martírio de Cristo. Existem alguns exemplares em Minas Gerais e também no Nordeste. No Ceará do Conselheiro veem-se em cidades do sul do Estado. Algumas delas têm na frente uma pequena escada (lembrando a descida de Cristo da cruz); um galo (refere-se à profecia de Cristo, em relação a negação de São Pedro); uma lança (recordando a perfuração do lado esquerdo de Jesus) e uma caixinha embutida abaixo de um dos braços da cruz. Na caixinha estão fragmentos dos ossos de Santa Dorotéia e uma oração com os seguintes dizeres: “A Cruz de Cristo, os méritos da Beatíssima e Imaculadíssima Virgem Maria e de todos os santos, protejam, salvem e defendam este lugar com todos os seus habitantes.” Ao longo do lenho, ou seja, da madeira da cruz, pode-se a notar a presença de vários outros elementos, que geralmente chamamos de martírios. Muito comuns são a lança com a qual Jesus fora ferido, o prego e o martelo, objetos utilizados para pregar suas mãos e pés na cruz, o pano que enxugara o seu rosto e a veste que cobrira seu corpo, representados pelo tecido que pende no encontro dos lenhos vertical e horizontal e pela túnica. Outros objetos menos comuns são a turquesa, a caveira, a escada, a faca e outras figuras que fazem referência à paixão de Cristo. No topo da cruz há a inscrição INRI.



Imagem 06: Cruzeiro de Chorrochó – Bahia.

Fonte: Antônio Olavo, 1989.

Em se tratando dos monumentos apontados nessa região sanfranciscana, certo despojamento, bem como um vocabulário rico em detalhes se contrapõem. A igreja tem o privilégio de ostentar o primeiro cruzeiro-palanque do beato, além de apresentar um frontão movimentado por delicadas volutas sem paralelo na arte do Conselheiro. Essa rica e equilibrada movimentação ornamental, notável na concordância desses elementos decorativos, reitera, nesse templo, certa predileção pelas influências da linguagem *rocaille* (Figura 07).

Antônio Conselheiro, enquanto arquiteto, continha em sua concepção elementos herdados da estética jesuítica e franciscana, tendo conhecido dezenas de edifícios, desde o litoral até Sergipe. Nesse sentido, vale ressaltar as repercussões ainda que tardias dos franciscanos em sua obra; especialmente no que tange ao adro e ao cruzeiro. Os franciscanos costumavam articular, à frente de sua igreja conventual, um amplo espaço livre ao centro, no qual erguiam um cruzeiro, cujo porte, em alguns casos, é de se surpreender.

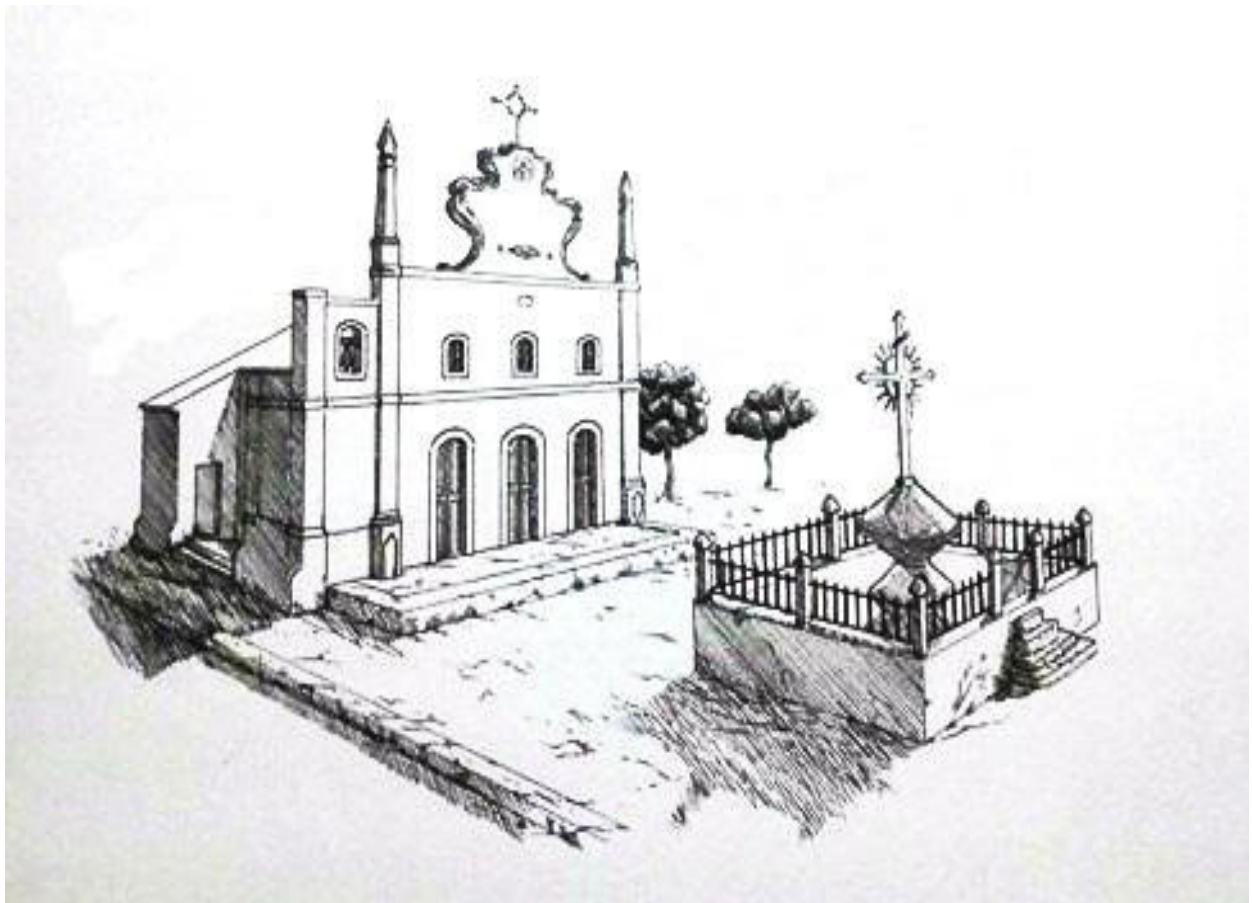


Figura 07: Igreja e Cruzeiro de Chorrochó – Bahia.

Figura realizada pelo artista João Valdir, agosto de 2017.

Segundo constata as pesquisas em História da Arte, “nas cidades brasileiras que desconheciam a tradição da plaza mayor, esse espaço adquiriu importância pelo desafogo que propicia e está na origem de algumas praças”⁴⁰. Ainda consoante esses estudos, “o adro é um espaço de transição entre o meio urbano e o templo e poder-se-ia dizer, entre o profano e o sagrado”.

Na voz de Bazin, “o culto franciscano pela Paixão levou-os a colocar, diante do frontispício, uma grande cruz que servia às procissões da via-sacra, especialmente durante a Semana Santa”⁴¹. Todavia, a temática referente à cruz abriu margem para todo um desenvolvimento arquitetônico atinente à área livre – o adro – onde se desenvolvem as procissões.

Essas características que vieram no bojo da cultura franciscana, bem como a peregrinação a santuários sagrados, o culto das relíquias e a devoção à Cruz e ao Crucificado, penetraram nos sertões do Nordeste do Brasil, influenciando toda a trajetória religiosa de Antônio Conselheiro.

CONCLUSÃO

Esse universo simbólico cultural presente nas cidades conselheiristas é algo que precisa de pesquisas futuras mais aprofundadas, pois só assim lançaremos luzes nesses episódios tão nebulosos e equivocados da

40 TOLEDO, Roberto Pompeu de. Canudos de volta. *Veja*. São Paulo, n.6, p.96-97, set. 1999. p. 140.

41 BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983. 2.v. p. 151.

nossa história social e cultural. Através de estudos mais detalhados acerca desse recorte, será possível evidenciar que Conselheiro e seus mestres de obras não eram aquilo que foi proclamado pela literatura articulada no calor da hora da Guerra de Canudos e pelos escritos de Euclides da Cunha.

Avaliando o repertório cultural da grei conselheirista, que chegou ao século XXI, conclui-se que em todo esse material há uma vasta erudição. As edificações congregaram em torno do beato um número considerável de trabalhadores e, dada a sua autoridade, fizeram com que de forma muito espontânea, ele reunisse o povo trabalhador, cuja arte e arquitetura preservam traços da cultura afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Dalva (org). *Catálogo de exposição Crux crucis crucifixus o universo simbólico da cruz*. São Paulo: Museu de Arte Sacra, s.d. sem paginação.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: UNB, 1996.
- BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983. 2.v.
- BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. [Edição fac-similar do Jornal do Comércio, 1899]. Brasília, Senado Federal, 1997.
- CALASANS, José. *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*. Bahia: Tip. Beneditina, 1950.
- _____. José. *O Estado-Maior de Antônio Conselheiro*. São Paulo: Edições GRD, 2000.
- CANÁRIO, Eldon. *Os mal-aventurados do Belo Monte*. Salvador: Editora ABC, 2005.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Martim Claret, 2002.
- Formas e Significados da Cruz. Disponível em: <http://abcimaginario.blogspot.com.br/2010/12/obs.html>
- GALVÃO, Walnice Nogueira. De sertões e jagunços. In: *Saco de gatos*. São Paulo, Duas Cidades, 1976.
- GALVÃO, Walnice. *No calor da hora*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- GRAHAM, Robertb Cunninghame. *Um místico brasileiro: vida e milagres de Antônio Conselheiro*. São Paulo: Editora Sá e Unesp, 2002.
- LEVINE, Robert M. *O sertão prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. Rio de Janeiro, Renes/INL/Pró – memória, 2ª ed., 1983.
- MENEZES, Diatahy B. de. A dialética do rifle e do rosário – Apontamentos para uma releitura do cangaço nordestino, In: SILVA, Severino Vicente da (org.). *A Igreja e a questão agrária no nordeste*. Paulus, São Paulo, 1986, 115-151 (com ampla bibliografia).
- NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- SALLES, Arthur de. *Hynno ao Senhor do Bonfim*. Salvador, 1923. Disponível em <https://evidencie-se.com/o-poeta-arthur-de-salles-em-sergipe/> Acesso em 07/10/2021.
- SANTOS, Jadilson P. dos. *A arte e a arquitetura religiosa popular do Antônio Vicente Mendes Maciel, o Bom Jesus Conselheiro*. 2011. 262 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- _____. *A influência barroca nos cruzeiros das igrejas de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Bom Jesus Conselheiro*. In. *Congresso Luso Brasileiro do Barroco*. Braga, Portugal, 2011. Comunicação.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. Canudos de volta. *Veja*. São Pulo, n.6, p.96-97, set. 1999.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Centro de Estudos Euclides da Cunha. *Arqueologia e reconstituição monumental do Parque Estadual de Canudos*. Salvador: UNEB, 2002.

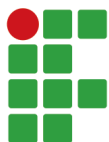
SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Fabiano Brito dos Santos - Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Possui graduação em Licenciatura (2000) e mestrado (2008), ambos em Ciências Sociais, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É especialista em Antropologia com ênfase em culturas afro-brasileiras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tem experiências nas áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas de Comunicação e de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: regulação, Anatel, neoliberalismo, hegemonia, telecomunicações, educação, relações étnico-raciais e diversidade.

Jadilson Pimentel dos Santos - Doutor em Artes Visuais - Fundamentos Teóricos - pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Mestre em Artes Visuais - História da Arte Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia (PPGAV/EBA/UFBA). Especialista em Arte-Educação e Graduado em Licenciatura em Desenho e Plástica e Design de Interiores pela Universidade Federal da Bahia.

Mayara Plácido Silva – Graduada em Licenciatura em História e Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana e Doutora em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Professora EBTT – IFBA/campus Euclides da Cunha.

Silvana Cristina Costa Correia - Doutorado, Mestrado, Bacharelado e Licenciatura em Geografia pelo PPGG/UFPB. Docente do IFBA Campus Euclides da Cunha. Pesquisadora do NPCC - Núcleo de Pesquisa em Ciência da Computação. Atua nas áreas: Geografia Agrária, Epistemologia da Geografia, Espaço, Trabalho e Campesinato.



**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Bahia

